

CEP PARA TODOS

GUIA PRÁTICO DE
ENDEREÇAMENTO EM PERIFERIAS

MINISTÉRIO DAS
CIDADES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



“Se por acaso alguém perguntar por mim
Diga que mudei de endereço
Estou morando na rua da felicidade
Que faz esquina com recomeço”

Novo Endereço - Beth Carvalho
(Tia Hilda Macedo / Fernando Cerole)

CEP PARA TODOS

**GUIA PRÁTICO DE
ENDEREÇAMENTO EM PERIFERIAS**

Periferia
Viva

 Correios

 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

MINISTÉRIO DAS
CIDADES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. Equipe de Endereçamento
CEP para todos : guia prático de endereçamento em periferias / Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. Equipe de Endereçamento. -- Brasília, DF : Ministério das Cidades, 2025.

Bibliografia
ISBN 978-85-7958-095-6

1. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
2. Favelas - Brasil - Condições sociais 3. Gestão pública 4. Periferia - Brasil - Condições sociais
5. Planejamento urbano 6. Ruas 1. Título.

25-282221

CDD-711.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Planejamento urbano 711.4

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

FICHA TÉCNICA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DAS CIDADES

Jader Fontenelle Barbalho Filho

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Hailton Madureira de Almeida

SECRETÁRIO NACIONAL DE PERIFERIAS

Guilherme Simões Pereira

CHEFE DE GABINETE

Vitor Araripe Freire Pacheco

COORDENADOR GERAL DE GESTÃO

Paulo Cesar Guedes

ASSESSORA DO GABINETE

Daniela Buosi Rohlfis

ASSESSOR DO GABINETE

Francisco Josué Medeiros de Freitas

DIRETOR DE REGULARIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO INTEGRADA E QUALIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Flávio Tavares Brasileiro

COORDENADORA-GERAL DE ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO

Luana Alves de Melo

COORDENADOR-GERAL DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA

Henrique Soares Rabelo Adriano

COORDENADOR-GERAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Samuel da Silva Cardoso

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MITIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE RISCO

Rodolfo Baêso Moura

COORDENADOR-GERAL DE OBRAS

Pedro Henrique Lopes Batista

COORDENADOR-GERAL DE APOIO A PLANOS

Leonardo Santos Salles Varallo

COORDENADORA-GERAL DE ARTICULAÇÃO

Samia Nascimento Sulaiman

CEP PARA TODOS - MINISTÉRIO DAS CIDADES

Aramis Horvath Gomes

Susana Freire de Sousa Montenegro Borba

Tatiana Peixoto Gonçalves

Manoela Guedes Ferreira Jordão de Vasconcelos

EQUIPE TÉCNICA - MINISTÉRIO DAS CIDADES

Isis Bezerra Cavalcanti

Pedro Alves

Gleyce Kelly da Silva Marques

Wallace Rodrigues dos Santos Silva

Maria Luanna da Costa Domingos

CORREIOS

Fabiano Silva dos Santos - Presidente

EQUIPE TÉCNICA - IBGE

Cayo de Oliveira Franco

Eduardo Luis Teixeira Baptista

Gustavo de Carvalho Cayres da Silva

Isabella Nunes Pereira

Larissa Souza Catalá

Letícia de Carvalho Giannella

PROJETO GRÁFICO

Oyá Design

1ª Edição: 2025



Colocar as cidades no centro do debate nacional sobre desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades é mais do que um compromisso do Ministério das Cidades. É a base de uma política urbana que busca ampliar o acesso a direitos, promover justiça territorial e garantir segurança habitacional em todo o país.

Contudo, para que as cidades sejam plenamente reconhecidas como espaços de cidadania, é essencial que todos os seus habitantes estejam formalmente incluídos. A ausência de um endereço, algo que deveria ser elementar, ainda é realidade para milhões de brasileiros que vivem em comunidades urbanas.

Trata-se de uma barreira silenciosa, mas estrutural. Sem endereço, não há acesso pleno a serviços, não há inclusão nos cadastros públicos, não há reconhecimento institucional da moradia.

Foi possível começar a transformar esta realidade com a recriação do Ministério das Cidades, em 2023. A partir desse momento, o Ministério voltou os olhos para as comunidades periféricas e assumiu a responsabilidade de integrá-las ao todo. É dentro dessa estrutura ministerial que a Secretaria de Periferias atua, colaborando diretamente com outras instituições para avançar nessa agenda.

Durante mais de um ano, as equipes da nossa secretaria, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atuaram de forma integrada para desenvolver uma metodologia robusta, prática e replicável. O objetivo: viabilizar o endereçamento de mais de 12 mil comunidades periféricas brasileiras.

Este guia é resultado de um esforço coletivo. Mais do que um manual técnico, ele representa o compromisso do Governo Federal com uma política urbana centrada nas pessoas. Não há justiça urbana sem justiça territorial. E não há cidadania plena sem endereço.

Com o CEP para TODOS, avançamos para que o Brasil inteiro esteja no mapa, inclusive e, principalmente, suas periferias.

Jader Filho
Ministro das Cidades



Fortalecer a democracia é garantir voz e cidadania a todos os brasileiros. Por meio dos programas do Governo Federal e com recursos do Novo PAC, estamos levando conectividade e promovendo a inclusão digital e social de milhões de pessoas em todas as regiões do país.

Ao identificar e mapear territórios, consolidando endereços e conectando comunidades, estamos indo muito além da simples atribuição de um número a uma região. Estamos garantindo acesso real a direitos, bens e serviços públicos e privados essenciais.

Esse processo também abre caminhos para o desenvolvimento econômico: atrai investimentos, movimenta o comércio local e transforma em protagonistas da economia digital e da vida pública territórios que eram “invisíveis”.

Conectar o Brasil é incluir e a democratização do acesso ao endereçamento é um passo decisivo para o próprio país. O CEP para TODOS é uma conquista para toda a sociedade brasileira, em especial a que mora em comunidades de todas as regiões da nossa nação.

Frederico Siqueira
Ministro das Comunicações





SUMÁRIO

PREFÁCIO 10

SNP **10**

Correios **11**

IBGE **12**

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL 13

1. INTRODUÇÃO 15

2. POR QUE ENDEREÇAR? 19

3. METODOLOGIA DE ENDEREÇAMENTO 23

Fase 1 – Planejamento e Mapeamento 31

Fase 2 – Validação e Consolidação 51

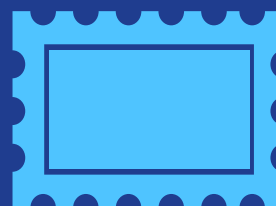
Fase 3 – Oficialização 67

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 77

5. GLOSSÁRIO 79

6. ANEXOS 83

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 89



Prefácio



É com muito orgulho que escrevo esta apresentação do Guia Prático de Endereçamento em Periferias - CEP para TODOS, mais uma política pública que desenvolvemos com o objetivo de combater as desigualdades nas periferias e levar dignidade ao povo que vive nesses territórios, conforme a orientação e liderança do Presidente Lula e do Ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho.

E me dá ainda mais satisfação ver esse programa nascer a partir de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Periferias (SNP) do Ministério das Cidades - MCid e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, vinculada ao Ministério da Comunicação - MCom, contando também com a valiosa participação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão subordinado ao Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO, que aportou estatísticas e reflexões necessárias para o entendimento da importância e urgência de endereçar esses territórios. A articulação entre diferentes ministérios é fundamental para fortalecer a ação do Estado brasileiro nas periferias urbanas das nossas cidades.

O programa CEP para TODOS faz parte do processo mais amplo de intervenções do governo federal nas periferias, que denominamos, a partir da SNP, de Programa Periferia Viva. Trata-se de viabilizar, junto com as obras de urbanização de favelas, contenção de encostas e regularização fundiária, um conjunto de ações, programas

e políticas públicas de 15 ministérios que fazem parte do Programa Periferia Viva.

Ter um endereço é um passo necessário para a dignidade de quem vive nas periferias. Sem o endereço, não é possível acessar os direitos que a nossa Constituição garante para todas e todos, nem desenvolver plenamente o que chamamos, na SNP, de potências das periferias: a capacidade que as pessoas periféricas apresentam historicamente de resolver seus problemas cotidianos e enfrentar as carências do dia a dia.

Nosso objetivo na secretaria é efetivar o endereçamento nas mais de 12 mil Favelas e Comunidades Urbanas brasileiras, facilitando e ampliando o acesso à cidadania e a serviços essenciais. Também estão previstas no programa ações concretas para garantir o atendimento postal e de encomendas, promovendo dignidade e inclusão nos territórios periféricos.

Desde 2023, visitamos 175 territórios com as Caravanas das Periferias, além de apoiar 232 iniciativas periféricas em todo o Brasil, por meio das duas edições do Prêmio Periferia Viva. Portanto, o programa CEP para TODOS faz parte desse conjunto de políticas que já vem mudando a vida nas periferias brasileiras.

Sabemos que é preciso mais, e não vamos parar: a SNP seguirá conhecendo, dialogando, mobilizando e atuando para que a vida do povo das periferias seja mais digna e para que a alegria e a força do nosso povo sejam valorizadas pelo Estado brasileiro.

Guilherme Simões

Secretário Nacional de Periferias



É com grande satisfação que os Correios, uma instituição com mais de 360 anos de história e enraizada em cada canto do Brasil, une-se à Secretaria Nacional de Periferias (SNP) para a iniciativa CEP para TODOS. Este projeto, parte essencial do Programa Periferia Viva, representa um marco fundamental na busca pela inclusão social e pela dignidade de milhões de brasileiros que vivem em áreas periféricas.

A importância histórica do CEP é muito mais do que uma simples referência geográfica. E é exatamente essa a nossa visão. Para os Correios, o Código de Endereçamento Postal é, de fato, uma chave. Uma chave que abre portas para o acesso a serviços essenciais, à cidadania plena e ao reconhecimento da moradia de cada indivíduo. É inaceitável que, em pleno século XXI, tantos lares não sejam oficialmente reconhecidos, privando seus moradores de direitos básicos e oportunidades.

Como detentores da responsabilidade exclusiva sobre o sistema de endereçamento postal no Brasil, os Correios têm o compromisso intrínseco de garantir que o CEP cumpra sua função social. Por isso, a parceria com a SNP é tão valiosa. Ela nos permite ir além, chegando onde a necessidade é mais urgente.

Os aprendizados nos territórios pilotos de São Paulo, que resultaram em muitos novos CEPs publicados, demonstram a potência dessa colaboração e reforçam nossa convicção de que, juntos, podemos transformar realidades.

Para os Correios, estar à frente do CEP para TODOS é reafirmar nosso papel como agente de desenvolvimento social e fortalecer a nossa instituição. É mostrar que estamos alinhados com a visão de um governo federal que busca recolocar a agenda das periferias no centro do debate e dos investimentos. Nossa capilaridade e expertise no endereçamento do país estão, mais do que nunca, a serviço da inclusão e da justiça social.

Acreditamos que um endereço digno é o primeiro passo para uma vida mais plena e com mais oportunidades para todos.

Fabiano Silva dos Santos
Presidente dos Correios



Considerando a desassistência de direitos a que as populações residentes nas Favelas e Comunidades Urbanas são submetidas cotidianamente, endereçar adequadamente seus domicílios e estabelecimentos pode parecer, à primeira vista, certo preciosismo. Por que direcionar esforços para o endereçamento destes territórios quando há demanda por outros direitos como saúde, educação e segurança pública?

A resposta a esse questionamento está na importância basilar do endereço, entendido como um passo para que os direitos dessas populações sejam efetivamente garantidos.

A missão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”. Este retrato é construído por meio da produção e disseminação de estatísticas oficiais que são, por sua vez, primordiais para o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Para que se possa produzir essas estatísticas, o endereço pode ser considerado uma espécie de pedra fundamental. Como identificar cada domicílio e estabelecimento para possibilitar o planejamento, a coleta e a análise de dados, senão por meio de um endereço que possa localizá-lo espacialmente?

Com essa finalidade, o IBGE produz o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), onde são registrados tanto os endereços formais quanto elementos informais

reconhecidos localmente que possam individualizar, textual e espacialmente, todos os domicílios e estabelecimentos do País.

As Favelas e Comunidades Urbanas apresentam 7,4 milhões de endereços cadastrados no CNEFE, dentre os quais 17,6% apresentam ausência de numeração, logradouro sem denominação ou ambas as condições. Como o IBGE considera inclusive os registros informais, este percentual pode ser consideravelmente superior se forem considerados somente endereços formalizados e reconhecidos pelas prefeituras municipais.

Neste contexto, iniciativas que promovam o endereçamento dessas áreas são mais que fundamentais. São urgentes. É por esta razão que o IBGE aceitou, com grande satisfação, a empreitada de colaborar com essa agenda da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, coorganizando o Encontro Nacional de Endereço nas Periferias e participando da elaboração deste guia.

Chegar a este resultado é um passo de uma caminhada. Assim como possuir um endereço é condição para acessar direitos, promover políticas públicas para endereçamento é condição para que favelas, comunidades urbanas e periferias não fiquem à margem destas políticas. Paralelamente, ao fomentar o acesso das comunidades aos dados produzidos pelo IBGE para sua organização e exercício de cidadania em torno do endereçamento, tanto promovem-se ganhos de cidadania quanto ganhos de precisão na produção de estatística com consistência no endereçamento.

Marcio Pochmann
Presidente do IBGE

Apresentação Institucional

A **Secretaria Nacional de Periferias (SNP)**, instituída em abril de 2023, dentro da estrutura do **Ministério das Cidades (MCid)**, tem como principal objetivo formular, articular e implementar políticas transversais e integradas, com vistas à redução das profundas desigualdades impostas aos sujeitos periféricos no Brasil.

A partir de uma abordagem ancorada em ações interdisciplinares, que fomentam e valorizam a organização social e comunitária, a criação da SNP simboliza uma forma inédita de enfrentamento dos problemas presentes nas Favelas e Comunidades Urbanas — especialmente por trazer um olhar mais aprofundado sobre as periferias, sempre em busca de ações efetivas e aderentes às necessidades de cada território.

É dentro desse contexto que surge o **CEP para TODOS**, uma parceria entre a **Secretaria Nacional de Periferias** e os **Correios**, como parte integrante do **Programa Periferia Viva**. Possuir um CEP e um endereço localizável é uma demanda histórica das periferias do

país. O endereço, mais do que uma referência geográfica, é uma **chave para a inclusão social e o exercício pleno da cidadania**.

O marco inaugural dessa parceria foi a assinatura do **Protocolo de Intenções**, em julho de 2024. Nos meses seguintes, as equipes de ambas as instituições atuaram em seis territórios-piloto na cidade de São Paulo, com o objetivo de compreender em detalhes o processo de endereçamento e iniciar a sistematização do que foi implementado, considerando suas potencialidades, avanços e também os entraves.

Com os territórios-piloto concluídos e cerca de 80 novos CEPs publicados, o que era um protocolo de intenções se transforma e se consolida em um **Acordo de Cooperação Técnica (ACT)**, celebrado junto ao lançamento do Programa Periferia Viva, em novembro de 2024, em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Lula, do Ministro das Cidades, Ministro das Comunicações, Presidente dos Correios e o Secretário Nacional de Periferias.



A construção conjunta do CEP para TODOS entre a SNP e os Correios, desde a sua concepção, é o que se tem de mais valioso no programa. E vem ao encontro do fortalecimento das instituições e

posicionamento do governo federal em envidar esforços para recolocar a agenda das periferias no centro do debate urbano e dos investimentos nas três esferas de governo.

The background is a solid dark blue. On the left side, there are white line-art outlines of buildings and a staircase. A large yellow double quote symbol is positioned in the upper right quadrant. Below it is a block of white text. Further down and to the right is the name 'Letícia Giannella' followed by her title. At the bottom right, there is a large yellow number '7' partially overlapping a white line-art building outline.

“

Garantir o direito à cidade começa pela garantia de que todas e todos estejam incluídos nas estatísticas oficiais. Para tanto, ter um endereço é fundamental! Vejo este guia com entusiasmo e expectativa de que ele seja um poderoso instrumento para que as populações de todas as Favelas e Comunidades Urbanas do país possam afirmar em alto e bom som: 'nós existimos.'”

Letícia Giannella

Gerente de Favelas e
Comunidades Urbanas do IBGE

7

1. Introdução

Na estrutura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Secretaria Nacional de Periferias e os Correios, estão previstas **três metas** a serem concluídas até 2026.



TODA FAVELA E COMUNIDADE URBANA DO PAÍS COM PELO MENOS UM CEP



Cepeamento completo das ruas e vielas dos 59 territórios do Programa Periferia Viva, assim como a garantia de atendimento postal e de encomendas



Ampliação do atendimento postal e de encomendas para 100 comunidades espalhadas pelo Brasil

Compreendemos o **endereço** como uma informação textual que permite identificar, com precisão, uma casa, um prédio, um apartamento ou um estabelecimento dentro de um município. A partir desse conjunto de dados textuais, é possível localizar um ponto específico no território (IBGE, 2019).

Ainda que existam outras formas de identificar um endereço — como nos casos de Brasília e Palmas —, os componentes mais comuns dos endereços no Brasil são formados por: tipo de logradouro (Rua, Avenida, Praça, Beco, Viela, Escadaria etc.), nome do logradouro, numeração e CEP, que, somados a outras referências geográficas, definem as informações necessárias para se chegar com eficiência a um determinado lugar.

Avenida Brasil, 1313
Rio de Janeiro - RJ

25487-900

SBN Q2
BLOCO E
Brasília - DF
70040-025

Já o **endereçamento** pode ser entendido como o ato de endereçar. Logo, trata-se de um processo, um conjunto de ações necessárias para que os moradores de uma determinada região passem a ter seus endereços.

Diante disso, a equipe da Secretaria Nacional de Periferias, em parceria com os Correios e com o apoio do IBGE, elaborou este **Guia Prático de Endereçamento em Periferias** como forma de orientar e oferecer os instrumentos necessários para que **gestores públicos** implementem ações de endereçamento em seus territórios periféricos. E, nesse caminho, quem estiver executando o processo poderá adaptar a metodologia a partir da compreensão dos conceitos de cada fase e da realidade local do município e de cada território a ser endereçado.

Vale frisar que o foco deste guia é oferecer uma **metodologia voltada para logradouros ainda não reconhecidos formalmente por leis ou decretos municipais**.

Logradouros já formalizados oficialmente não estão sujeitos ao método proposto, e alterações, como mudanças de nome, geralmente envolvem um processo já consolidado e definido, frequentemente por meio de articulações legislativas.

A inovação apresentada neste guia está centrada no aprimoramento do processo de endereçamento em comunidades periféricas, com a consequente atribuição de CEPs às suas ruas, becos e vielas, pensando o endereço para além dos serviços de entrega de encomendas. Toda pessoa moradora de periferia tem o direito de se localizar e ser localizada, de não ser invisível aos olhos dos mapas oficiais, de utilizar os serviços de saúde e educação próximos de casa e de conseguir avançar em cadastros de ofertas de emprego, por exemplo — independentemente de ter ou não a propriedade registrada do seu imóvel.

É necessário superar a ideia de que a informalidade e a ausência de regularização fundiária são justificativas para a negação de um direito básico: o direito ao endereço e ao CEP.

Nosso objetivo é mostrar que o endereçamento pode ser implementado de forma rápida e efetiva nos municípios, sem estar vinculado a outros projetos mais complexos e estruturantes, como a urbanização de favelas. Na verdade, é o contrário: o endereçamento pode ser um catalisador dessas políticas mais conhecidas, funcionando como porta de entrada para o dimensionamento efetivo de outras políticas públicas. ■

Aponte a câmera do celular para acessar todos os links presentes no guia, bem como fazer o download do material.





Caravana das Periferias no Bananal/SP, território piloto do Programa CEP para TODOS.

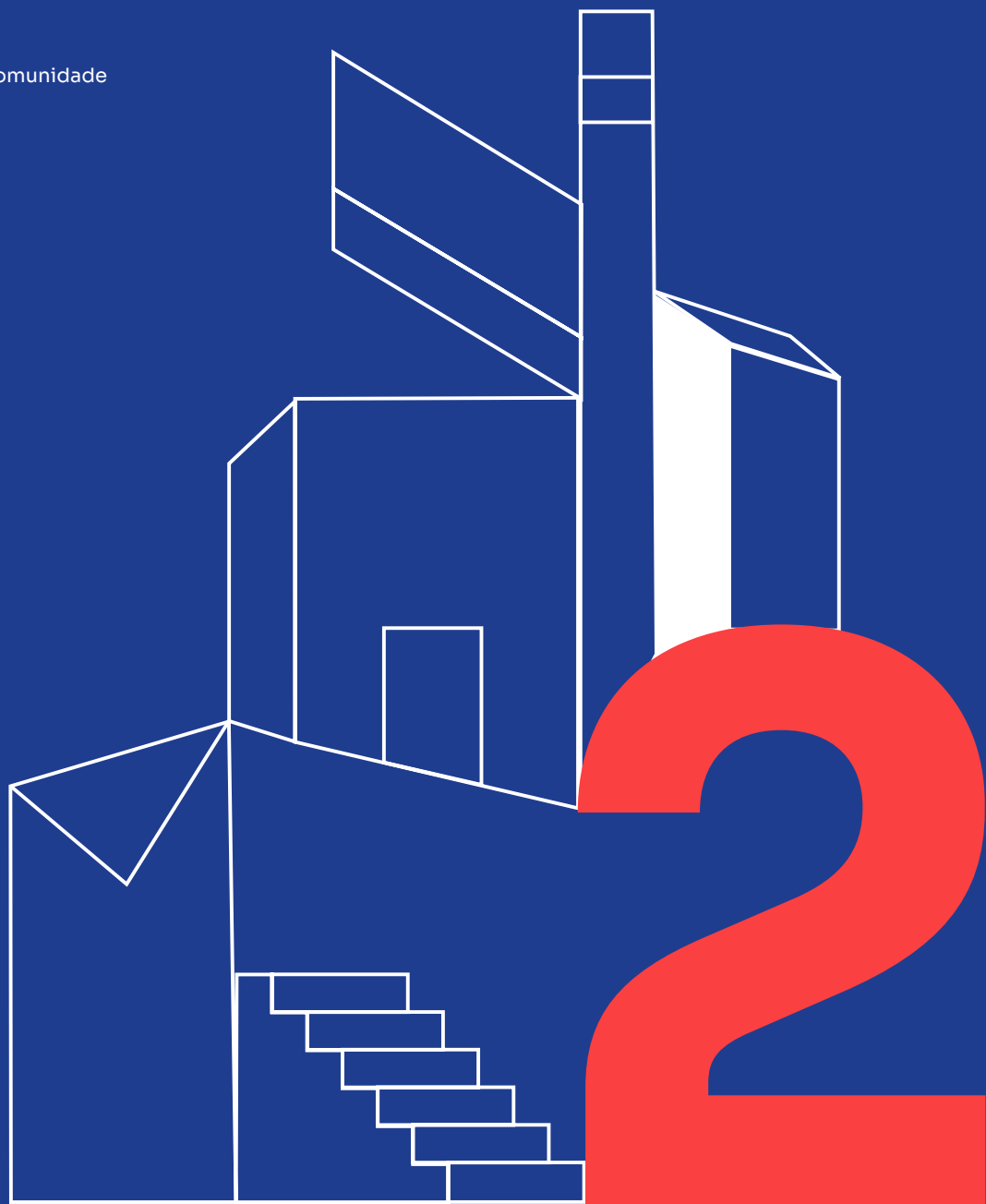
Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP- MCid (2024)

“

Pra quem não tem noção das dificuldades, pode ser uma coisa que passa despercebido. A pessoa que não tem CEP, numa comunidade, sofre muito, porque o essencial não chega até ela, que é o serviço público. É o SAMU, é o resgate, é o bombeiro. O socorro chega até as pessoas devido às informações de boca-a-boca, por mensagem de celular. É muito triste. Talvez uma pessoa que, por dez minutos, acaba perdendo aquela vida. O CEP é uma necessidade. É um direito de cada cidadão!”

Joelma Dias

Liderança da Comunidade
do Bananal/SP



2. Por que endereçar?

12 motivos para investir em ações de endereçamento:



1. Ampliação do acesso a direitos



2. Fomento aos serviços de entrega postal e de encomendas



3. Reconhecimento e valorização da identidade local e memória coletiva



4. Desenvolvimento de políticas públicas eficientes



5. Agilidade em serviços emergenciais.



6. Enfrentamento de vulnerabilidades sociais e raciais



7. Garantia de inclusão de todos e todas nas estatísticas oficiais



8. Aprimoramento da localização



9. Inclusão digital



10. Incremento de banco de dados locais



11. Promoção do empreendedorismo



12. Aprimoramento de levantamentos estatísticos e cartográficos

Endereçar periferias é, sobretudo, levar dignidade básica e expandir as inúmeras possibilidades que as pessoas moradoras de Favelas e Comunidades Urbanas têm de exercer suas potencialidades — tão importantes para a Secretaria Nacional de Periferias.

O CEP (Código de Endereçamento Postal) vai além de um conjunto numérico composto por oito algarismos, utilizado para orientar

e acelerar o encaminhamento, o tratamento e a distribuição de objetos de correspondência. Atualmente, o CEP é um componente fundamental do endereço e um localizador eficiente.

Em situações de emergência, por exemplo, ter um CEP é crucial para garantir a agilidade no atendimento. Confira alguns de seus benefícios:

Benefícios do CEP



Matrículas em escolas e creches próximas de casa



Abertura de crédito em lojas de varejo



Acesso aos sistemas de saúde do bairro como UBS e UPAs



Transferência de bens em cartório



Abertura de contas em banco



Dar entrada em Benefícios Sociais como: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS)



Compra de planos de celular

A **ausência ou fragilidade do endereço** também resulta em dificuldades para a realização de pesquisas domiciliares, como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), uma vez que o planejamento e a coleta de dados para a produção de estatísticas oficiais **dependem da identificação e localização exata de cada domicílio e estabelecimento** — a fim de que ninguém seja deixado para trás.

Nesse sentido, avanços no mapeamento e nas práticas de endereçamento contribuem significativamente para a qualidade das informações estatísticas, sendo fundamentais especialmente para as Favelas



e Comunidades Urbanas, já que existem poucas fontes de informação nacional além daquelas produzidas pelo IBGE.

A fragilidade de endereço, no contexto do **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE)**, refere-se à qualidade e à completude das informações de um endereço registrado. Um endereço é considerado frágil quando apresenta dados incompletos, imprecisos ou inconsistentes, como por exemplo:

- Logradouro sem denominação;
- Logradouro sem denominação e domicílio ou estabelecimento sem numeração.

O CNEFE registrou cerca de **7,4 milhões de endereços em Favelas e Comunidades Urbanas**. Considerando-se que, em 2022, parte desses endereços apresentava algum nível de fragilidade, estima-se que **mais de 9 milhões de pessoas viviam em locais que apresentavam essa condição, representando 55% da população** que vivia em Favelas e Comunidades Urbanas em todo o país.

Nas Favelas e Comunidades Urbanas, o registro de endereços pelo CNEFE segue a forma como eles são reconhecidos localmente — nomes de logradouros informalmente estabelecidos, sistemas alternativos de numeração, uso de pontos

de referência etc. (IBGE, 2024a). Isso significa que, se forem considerados apenas os endereços formalmente reconhecidos pelas prefeituras, os índices de fragilidade de endereçamento seriam ainda maiores do que os divulgados.

Do contingente populacional que vive em Favelas e Comunidades Urbanas que apresentam algum grau de fragilidade de endereçamento, destaca-se a presença massiva de pessoas pretas e pardas, que, por conta do racismo territorial, foram historicamente empurradas a construir suas casas nos piores espaços dentro das comunidades. Isso também aponta para a importância de possuir um endereço e um CEP: estimular e executar ações de endereçamento é também combater o racismo e as diversas vulnerabilidades sociais.

Portanto, o endereçamento é, de fato, um problema a ser enfrentado com um peso muito importante para quem mora em periferias e com um custo de solução relativamente baixo. Dá para fazer com o que já existe: os instrumentos estão aí!

Com o endereço vem a possibilidade, a perspectiva de melhora, o sentimento de pertencimento, de estar nos mapas e de poder escrever em um convite: este é o meu endereço. ■

A stylized white line-art illustration of a cityscape with various buildings and windows, set against a solid blue background. The buildings are composed of simple geometric shapes and lines, creating a modern, architectural feel.

“

A metodologia aqui apresentada visa superar a noção de informalidade como justificativa para omissão do poder público frente à fragilidade de endereço nas periferias. Sua elaboração coletiva, em diálogo com três ministérios e cinco universidades públicas brasileiras, reflete a missão institucional da Secretaria Nacional de Periferias que através da construção de pontes e parcerias com diversos atores garante que políticas públicas cheguem a quem mais precisa. Num país em que 73% da população residente de favelas se autodeclara preta ou parda (IBGE, 2022), a ação de endereçamento combate a reprodução do racismo cotidiano na medida em que reafirma a existência desses territórios nos mapas oficiais.”

Luana Alves

Coordenadora-Geral de Articulação e Planejamento da SNP - MCid

3

3. Metodologia do endereçamento

A metodologia do Endereçamento tem origem no **esforço de articulação da Secretaria Nacional de Periferias – MCid com diversos atores, sendo, portanto, resultado de um trabalho coletivo.** É uma metodologia inédita elaborada a partir da atuação conjunta: da equipe de endereçamento da SNP em territórios piloto em São Paulo; das instituições como os Correios, IBGE, governos estaduais e prefeituras; das Residências em Assessoria Técnica Multidisciplinar em 5 Universidades do Brasil; e, dos aprendizados da aplicação da metodologia de mapeamento popular desenvolvida pela equipe do Mapa das Periferias da SNP.

As Residências citadas anteriormente têm conduzido ações de endereçamento como parte dos Planos de Ação de Urbanização do Programa Periferia Viva. **Em vários momentos deste documento acionaremos essas experiências para destacar boas práticas e soluções propostas durante o processo de endereçamento.**

Um importante marco dessa construção foi o Encontro Nacional de Endereço nas Periferias, realizado em novembro de 2024 em Brasília. O evento, co-organizado pela Secretaria Nacional de Periferias, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pelos Correios, reuniu representantes de gestões públicas municipais, organizações da sociedade civil, universidades e iniciativas comunitárias de todo o país, com o principal objetivo de discutir os desafios do processo de endereçamento e construir soluções possíveis e adequadas às diferentes realidades.



Olá, eu sou a Carteiraita!
Ao longo deste Guia, vou aparecer para entregar informações, orientações e pontos importantes da metodologia de endereçamento.



Arte do Encontro Nacional de Endereço nas Periferias.

Fonte: Equipe IBGE (2024)



Apresentação de Iniciativas de Endereçamento no Encontro Nacional de Endereço nas Periferias (26/11/24).

Fonte: Vitor Vasconcelos/Secom-PR

A metodologia aqui proposta traz uma resposta rápida à ausência do endereço, tendo nos logradouros os principais componentes para a sua formulação. Para que o endereço seja considerado completo, conforme a definição do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos do IBGE, o CNEFE, também é preciso definir outro componente: o da numeração predial. Porém, a sua ausência não deve impedir que a ação de endereçamento aconteça.

Os componentes descritos se articulam em dois níveis de endereçamento, cuja escolha é fundamental para planejar a ação no território. São eles: **o nível logradouro e o nível logradouro + numeração predial.**



Em muitos casos, começar com o nome das ruas é o primeiro passo para, mais adiante, organizar a numeração das casas.

Nível logradouro - Corresponde ao mapeamento e conferência dos nomes e tipos das vias de circulação. Esse é, muitas vezes, o primeiro passo em territórios onde o poder público ainda não reconheceu oficialmente as ruas. Ao identificar o traçado dessas comunidades, o processo torna visível áreas que, frequentemente, “não existem” nos mapas da cidade.

Portal de Informações Geográficas do Recife mostrando os nomes dos logradouros.

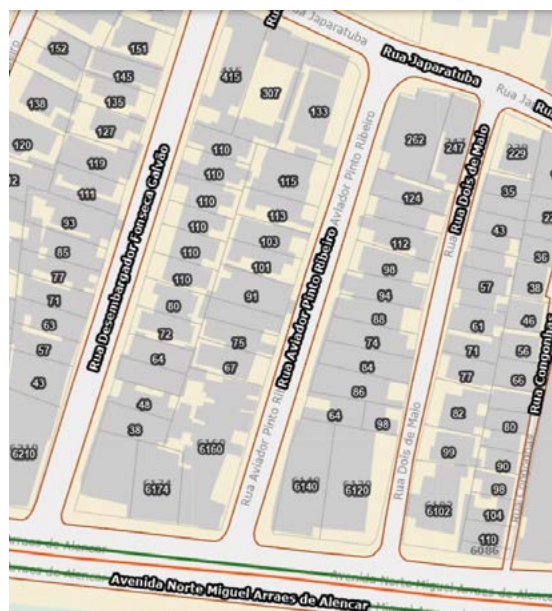
Fonte: Esig Recife. Acesso em: 19/06/2025



Nível logradouro + numeração predial- Amplia o mapeamento para além das ruas, atribuindo um número a cada casa, comércio ou construção. Esse processo é mais detalhado e exige identificação porta a porta. Sua execução pode estar ligada a ações de regularização fundiária e/ou urbanização de favelas, mas não necessariamente. Este nível pavimentava o caminho para o atendimento postal e de encomendas individualizado e o reconhecimento pleno da moradia, além da possibilidade de outros serviços.

Portal de Informações Geográficas do Recife mostrando os nomes dos logradouros e numerações prediais.

Fonte: Esig Recife. Acesso em: 19/06/2025



Escolher entre esses dois níveis, ou implementar os dois em etapas, depende de vários fatores: como se estrutura o território (se tem ruas largas e acessíveis ou becos estreitos e internos aos lotes); se as casas estão organizadas com um padrão lógico de numeração; se já existem mapas e cadastros atualizados do local que se deseja endereçar; e os recursos humanos e financeiros disponíveis, entre outras dimensões determinantes para a **tomada de decisão**.



Endereçar um território periférico exige olhar com atenção para a sua realidade, considerando as características de cada beco e viela que fazem dele único!

Ao longo deste guia, **adotaremos três categorias de endereços**, considerando aquilo usualmente utilizado nos sistemas de informações sobre logradouros: **endereço legal, endereço oficial e endereço real**.

Enquanto o endereço legal é aquele que já foi reconhecido formalmente via legislação ou decreto municipal, o endereço oficial é aquele que não necessariamente está previsto em alguma lei, mas que já foi incorporado por bancos de dados oficiais da Prefeitura, outras instituições e órgãos públicos. Já o endereço real é aquele reconhecido e utilizado pelos próprios moradores da comunidade, refletindo, muitas vezes, histórias, símbolos de luta e memórias da população — mas que ainda não foram incorporados por cadastros ou institucionalizados por lei.

A estrutura proposta para a execução do endereçamento foi pensada em três fases que se desdobram em etapas de atividades. Cada uma delas possui objetivos e ferramentas para alcançar produtos específicos. As fases e suas principais etapas são:



01

PLANEJAMENTO E MAPEAMENTO

Articulação territorial e de parcerias
Levantamento de dados
Verificação de informações em campo

02

VALIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Sobreposição de dados e
identificação de inconsistências
Validação dos endereços

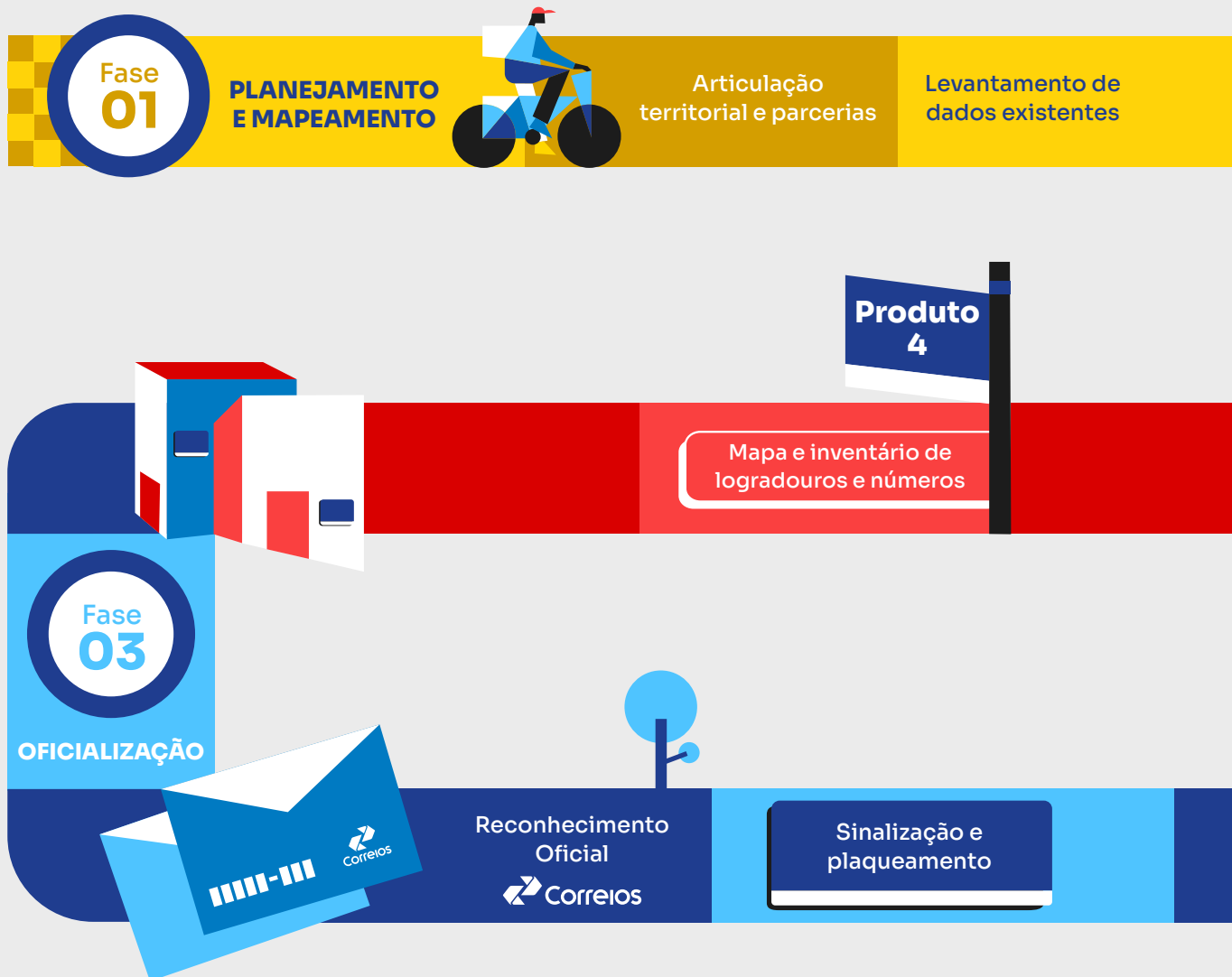
03

OFICIALIZAÇÃO

Reconhecimento oficial
Sinalização e plaqueamento
Comunicação dos resultados
Atualização em plataformas
de mapeamento

Por onde começar?

No diagrama abaixo, mostramos como todos os elementos descritos anteriormente se relacionam, formando um percurso metodológico. Confira no diagrama síntese a seguir **as fases, etapas e produtos** que compõem a jornada de endereçamento aqui proposta.



Este documento foi pensado para ser prático e orientativo, e a metodologia, flexível e adaptável. Nada impede que o processo de endereçamento comece por fases mais avançadas, o mais importante é adaptar os passos e as necessidades de cada lugar. Cada território e cada gestão têm seu tempo, seus caminhos e suas formas de conduzir o endereçamento.



Produto 1

Mapa base para conferência em campo

Produto 2

Relatório de Campo

Levantamento e conferência em campo



Validação de endereços

Produto 3

Matriz de Inconsistências

Fase 02

VALIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Sobreposição de dados e identificação das inconsistências



Comunicação dos resultados

Atualização em plataformas digitais

Integração

Urbanização

Regularização

Redução de riscos

Mobilidade

Empreendedorismo

Censos e pesquisas

Cadastro Multifinalitário



“

O projeto de endereçamento é um projeto relativamente simples, rápido, base para um projeto de regularização fundiária, e de grande alcance social. Entendo que as prefeituras, principalmente as de pequenas cidades, na sua grande maioria não possuem estrutura técnica (pessoal e instrumental) para elaboração dos trabalhos de campo, e levantamentos topográficos (cartografia), mas nós aqui do Governo de Alagoas, através de parcerias com a UFAL e a Secretaria Nacional de Periferias, estamos trabalhando junto às prefeituras para ofertar assistência técnica e “um endereço para chamar de seu”.

Andreia Estevam

Secretária Especial de Planejamento
e Desenvolvimento Urbano
Governo do Estado de Alagoas

”

FASE 1

PLANEJAMENTO E MAPEAMENTO

Esta fase representa a identificação das condições atuais dos endereços no território periférico. A partir do nível de endereçamento escolhido, serão realizadas uma série de diálogos, levantamentos e consultas com o intuito de obter informações relevantes sobre o processo de endereçamento. O principal produto desta fase é um mapa base para conferência em campo, que serve para guiar e orientar o que deverá ser observado no território.



Articulação territorial e parcerias

A identificação e o engajamento de lideranças comunitárias são fundamentais para garantir a legitimidade do processo aqui descrito. O objetivo dessa etapa é identificar e firmar parcerias com instituições, grupos e atores comunitários garantindo sua presença, participação e apoio no endereçamento.

Mapeamento de lideranças, grupos comunitários e parceiros institucionais

O **diálogo direto** com moradores sem dúvida é a melhor forma de articular com o território a ser endereçado. No entanto, uma rede de grupos que trabalham cotidianamente nessas localidades também pode ser acionada. Representantes da sociedade civil organizada, ONGs ou funcionários públicos tais como: **agentes comunitários de saúde ou de assistência social, professores e equipe das escolas públicas são profissionais que podem facilitar esse acesso.** A busca ativa por associações de bairro, associações esportivas e culturais e outros coletivos com atuação local também podem otimizar o trabalho e deixá-lo o mais próximo possível da realidade.

Construir pontes com a comunidade

é crucial! Mas outras parcerias com órgãos e instituições públicas também são estratégicas, a exemplo dos acordos de cooperação técnica, termos de

adesão, convênios, entre outros que podem ser celebrados com conselhos profissionais, universidades e coletivos.

Reunião de alinhamento

Antes de iniciar as atividades do processo de endereçamento, principalmente as de campo, é extremamente recomendada a realização de uma **reunião de alinhamento no território** escolhido com os articuladores mapeados.

O encontro tem como objetivo apresentar a ação de **endereçamento, seus benefícios para a comunidade, o cronograma de execução, etapas e produtos.** É um momento de estreitar laços com as pessoas mais impactadas pela iniciativa, garantindo a transparência do processo e permitindo ajustes conforme o contexto local. Na experiência dos **projetos piloto do CEP para TODOS** em São Paulo, os encontros foram realizados em escolas, associações e outros espaços de referência, com apoio e facilitação de lideranças locais.

A metodologia do Mapeamento Popular do Mapa das Periferias e as ações das Residências em Assessoria Técnica das universidades parceiras do Programa Periferia Viva também mostram como o uso de materiais visuais, metodologias técnico-comunitária e da escuta ativa são ferramentas importantes para engajar os moradores. Na etapa de campo conheceremos algumas dessas estratégias.



O Mapa das Periferias é uma plataforma que mostra dados e iniciativas das favelas e comunidades do Brasil, trazendo visibilidade para ações locais e mostrando os desafios e as potências periféricas.



Reunião com moradores do Morro da Lua, território piloto do programa CEP para TODOS, com a presença da equipe da SNP em dezembro de 2024.

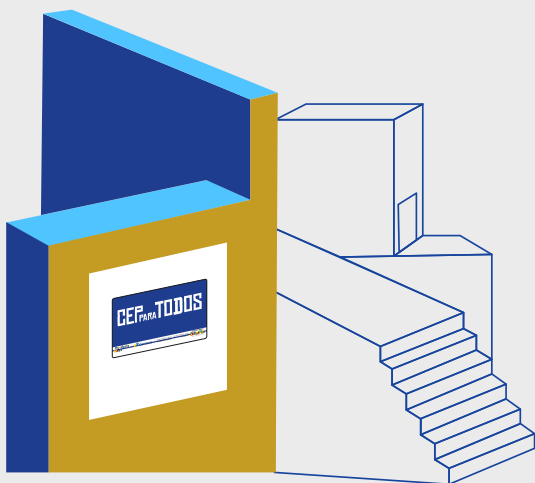
Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP- MCid (2024)

Definição de estratégia de comunicação

Para garantir uma comunicação contínua e transparente com os moradores sobre a ação de endereçamento, podem ser criados canais através de grupos de whatsapp pré-existentes ou criados para a ocasião. O diálogo direto com residentes do território periférico em processo de endereçamento pode agilizar significativamente a atividade de conferência das inconsistências que está prevista na Fase 2.



Outras estratégias de comunicação visual podem ampliar o alcance do endereçamento: a fixação de “lambe-lambes”, placas, a distribuição de panfletos, informativos, e outras peças gráficas.



Bicicleta de som circulando na Comunidade de Frei Damião em 2024, na cidade de Palhoça/SC, território que integra o Programa Periferia Viva.

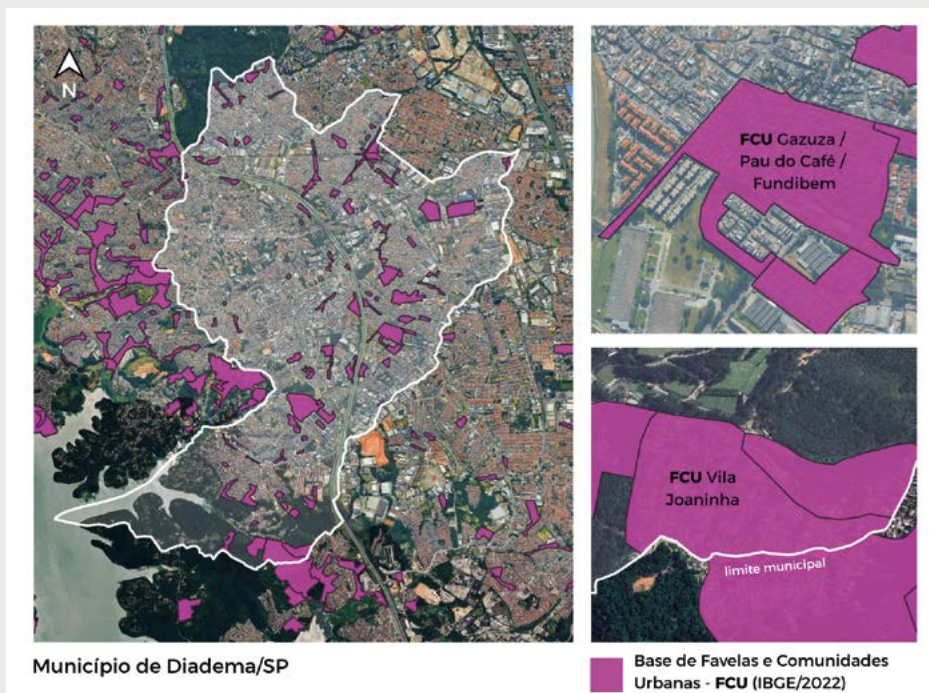
Fonte: Equipe da Especialização em Arquitetura e Urbanismo para atuação em Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social da UFSC

Levantamento de dados

Esta etapa consiste no levantamento de dados existentes sobre a área que se pretende endereçar, a partir da consulta às leis, planos e plataformas de mapeamento disponíveis.

Limites do território periférico a ser endereçado

Para definir a poligonal, ou seja, a área exata da comunidade a ser endereçada, podem ser consultadas diversas fontes. Aqui apresentaremos **as principais bases de dados e documentos de domínio público** que podem ser facilmente encontrados online ou em acervos do município e de outros órgãos públicos.



Relação de poligonais de Favelas e Comunidades Urbanas (FCU) inseridas no perímetro do município de Diadema/SP com aproximação das FCU Vila Joaquina e FCU Gazuzza/Pau do Café/Fundibem.

Fonte: Banco de dados das FCU/IBGE (2022)

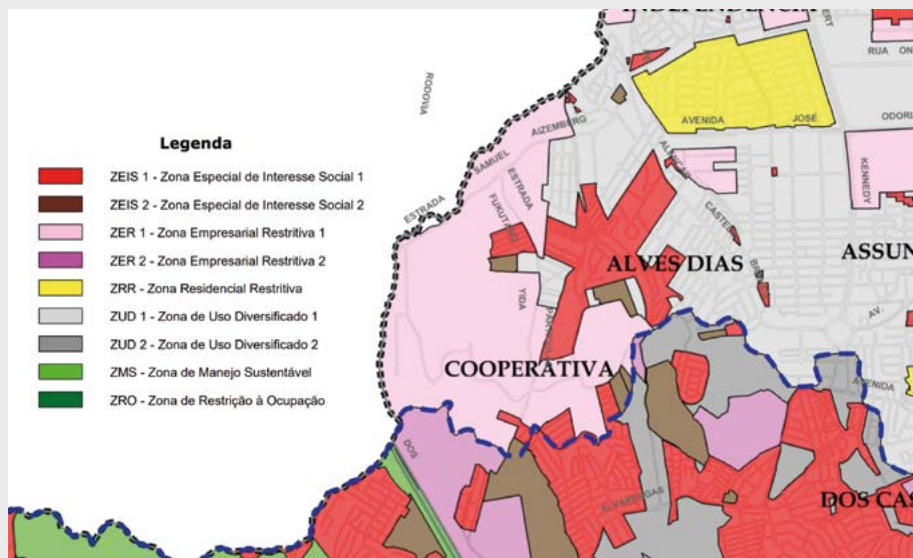
Favelas e Comunidades Urbanas (FCU) - A principal fonte é o banco de dados de Favelas e Comunidades Urbanas (FCU) do IBGE. Pode ser obtido em formato compatível com softwares de Sistema de Informação Geográfica, como o Qgis, no site do Mapa das Periferias e no site do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-favelas-e-comunidades-urbanas.html>



Localização das Comunidades de Salinas I e II, correspondentes ao Conjunto Antônio Menezes Leite e José Monteiro Sobral respectivamente, ambos territórios do Programa Periferia Viva em Laranjeiras/SE.

Fonte: Trecho de apresentação da Residência Multiprofissional em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade (Habicidade) da UFS realizada em março de 2025

Plantas de loteamento e situação - Na experiência de endereçamento realizada pela Residência da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a consulta à planta original do Conjunto Habitacional José Monteiro Sobral foi uma das estratégias encontradas para definir limites e entender o processo de ocupação das Comunidades de Salinas 1 e 2.



Trecho do mapa de zoneamento do Plano Diretor de São Bernardo do Campo evidenciando algumas poligonais de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) indicadas em vermelho.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Bernardo (2014)

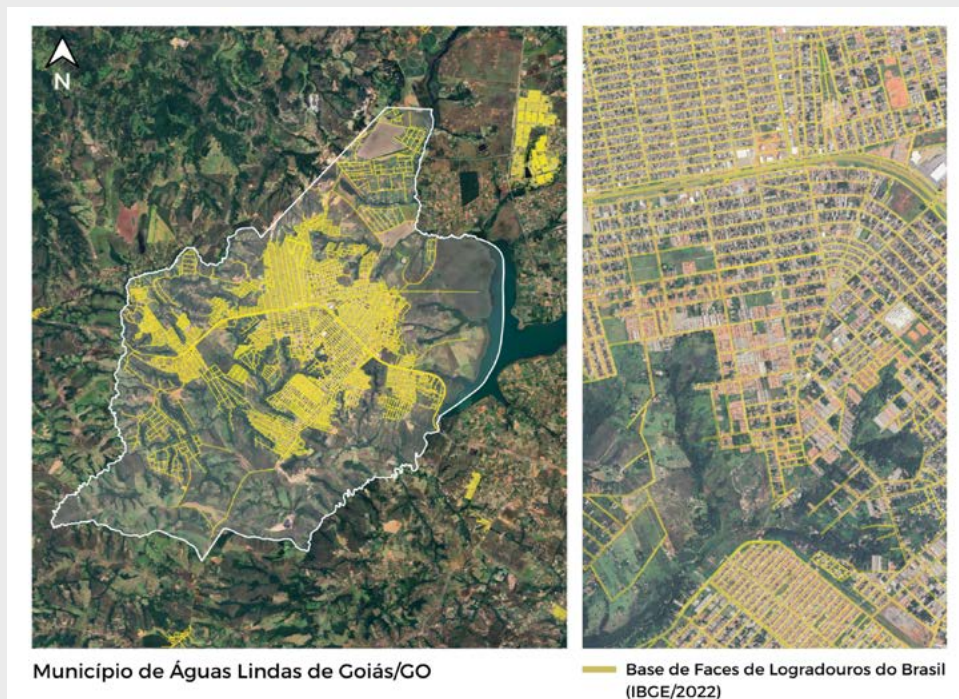
É fundamental a articulação com outras secretarias e departamentos para acessar outras fontes que ajudam a delimitar o escopo territorial de atuação. As chamadas Zonas ou Áreas de Interesse Social dos planos diretores, os planos locais de habitação, as regiões de planejamento participativo etc., são exemplos de delimitações territoriais que auxiliam o desenvolvimento do processo.



LEMBRE-SE: Conferir em campo os limites reconhecidos pelos moradores é importante na hora de tomar decisões e pode deixar o endereçamento mais eficiente.

Malha e cadastro de logradouros

Esta é uma informação fundamental para embasar o endereçamento, e pode ser facilitada se o município já possui um cadastro de logradouros. Apresentaremos a seguir algumas fontes que poderão ser utilizadas para melhor compreensão da situação local das ruas, becos, vielas e travessas a serem endereçadas.



Malha de faces de logradouros do IBGE inserida no perímetro do município de Águas Lindas/GO com aproximação de área específica para melhor visualização das linhas.

Fonte: Base de Faces de Logradouros do Brasil - IBGE (2022)

Base de faces de logradouros do Brasil – O IBGE possui esse banco de dados de logradouros da maioria dos municípios do Brasil. Ele foi atualizado em 2022 com dados do Censo. Na imagem acima tomamos como exemplo a malha de faces de logradouro do município de Águas Lindas de Goiás, o arquivo em formato shapefile pode ser baixado no site do Instituto: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/28971-base-de-faces-de-logradouros-do-brasil.html>

Entre as fontes não oficiais estão as **plataformas digitais de mapeamento**, em que qualquer pessoa ou empresa pode contribuir com informações. Nestas plataformas também é possível encontrar: o nome, o tipo, e a extensão dos logradouros. Pode-se optar pela visualização por imagens de satélites, imagens no nível das ruas e também mapas referenciais.



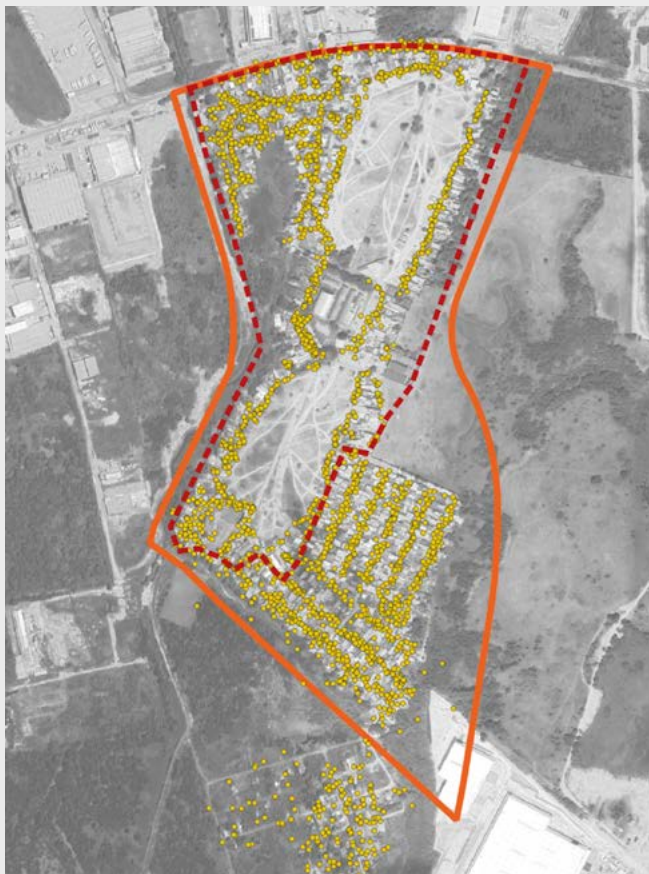
Figura da plataforma do OpenStreetMap focando na Comunidade do Aratu em João Pessoa/PB, em agosto 2024 e em junho de 2025, respectivamente. Antes e depois do mapeamento popular do Mapa das Periferias.

Fonte: Mapa das Periferias OpenStreetMap (2024) (2025)

OpenStreetMap (OSM) - Plataforma colaborativa de criação de mapas com dados geográficos livres. O OpenStreetMap é utilizado na metodologia do mapeamento popular do Mapa das Periferias para identificação das ruas, becos, vielas, moradias, comércios e pontos de referência. Esse processo garante que os elementos que não foram mapeados, ou mesmo aqueles que foram mapeados incorretamente, sejam agora devidamente inseridos na plataforma do OSM. No exemplo da Comunidade do Aratu acima, mostramos o antes e o depois do mapeamento. Para acessar o OSM basta acessar o link: <https://www.openstreetmap.org/#map=17/-7.176371/-34.814032>

Bases de numeração predial

Para o caso da escolha desse nível mais completo do endereçamento, a obtenção dessa base de dados é bastante desafiadora, sobretudo se o município não possuir uma cultura de atualização e cadastramento contínuo. Em muitos territórios periféricos, essa numeração pode estar ausente, incompleta, desatualizada ou pode seguir uma lógica própria adotada pelos moradores. Uma opção consistente é o CNEFE, construído e atualizado pelo IBGE.



Malha de pontos do CNEFE referente aos imóveis da ZEIS Muribeca, situada em Jaboatão dos Guararapes/PE, território que está desenvolvendo um dos Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática coordenados pela SNP-MCid.

Fonte: CNEFE/IBGE (2022)

Cadastro nacional de endereços para fins estatísticos (CNEFE) - Desenvolvido pela Instituição desde 2005, o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE é o principal acervo de endereços do País com abrangência nacional e acesso público. Ele reúne dados georreferenciados de domicílios e estabelecimentos em todo o território nacional, permitindo identificar não apenas a localização das unidades construídas, mas também padrões e lacunas na numeração dos imóveis. Essa base é especialmente útil em áreas onde a numeração oficial é inexistente, desatualizada ou irregular, como ocorre frequentemente em territórios periféricos. É possível acessá-lo no site: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/38734-cadastro-nacional-de-enderecos-para-fins-estatisticos.html>



Foto de domicílio situado na Comunidade de Vila Nova Esperança/SP, um dos territórios piloto do Programa CEP para TODOS, mostrando duas numerações distintas para uma mesma residência atribuídas pelas concessionárias de água e energia do estado de São Paulo. Na ocasião identificou-se que o CEP sinalizado na placa estava incorreto.

Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP- MCid (2024)

Cruzar e compatibilizar as informações do CNEFE com os cadastros fiscais locais pode ser uma estratégia eficaz para identificação da numeração, antes da conferência em campo.

Utilizando as fontes e ferramentas apresentadas, já é possível elaborar uma base de leitura inicial das condições do endereçamento. Nesse contexto, o primeiro produto proposto na Fase 1 é o Mapa Base para Conferência em Campo. Abaixo descreveremos o seu possível formato e conteúdo:



PRODUTO 1 – Mapa Base para conferência em Campo

O Mapa Base para conferência em campo é o primeiro retrato da situação atual da área a ser endereçada.

Este mapa não precisa ser elaborado em ferramentas sofisticadas de georreferenciamento. Uma imagem aérea atualizada, sobreposta com os elementos identificados no levantamento de dados, já é suficiente. Além de subsidiar as próximas etapas do programa, este produto é um instrumento pedagógico e de mobilização, servindo como base para oficinas, pactuações comunitárias e articulações institucionais. A sugestão é que ele contenha:

- **A poligonal do território periférico a ser endereçado**
- **A malha de logradouros no mapa deve conter:**
 - **Nomenclaturas:** Registrar todos os nomes dos logradouros encontrados, mesmo que informais.
 - **Tipologia:** Identificar o tipo de logradouro (rua, avenida, beco, viela, escadaria, etc.).
 - **Geometria:** Garantir a visualização do traçado dos logradouros e sua extensão.



Mapa base para conferência em campo do território piloto do programa CEP para TODOS, Comunidade Scorpions/SP, utilizando imagem de satélite.

Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP- MCid (2024)

Experiência de utilização do mapa base no endereçamento da Comunidade do Bananal/SP, território piloto do CEP para TODOS Equipe de Endereçamento da Secretaria Nacional de Periferias

Na foto abaixo é possível visualizar o mapa utilizado na conferência em campo na Comunidade do Bananal/SP, nele foram sinalizadas em amarelo as ruas cujo nome já constava na base de dados utilizada, e em vermelho o nome as ruas cujo nome ainda era desconhecido.

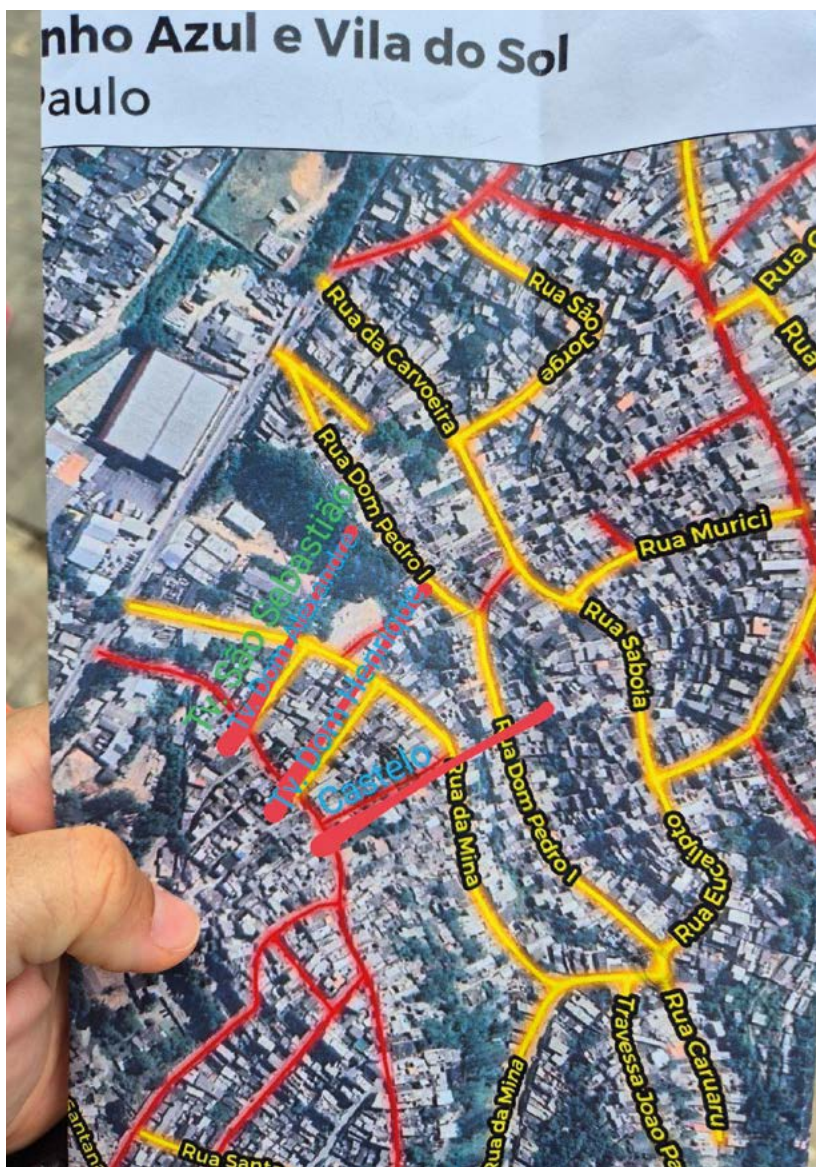


Foto de mapa base utilizado em visita técnica a Comunidade do Bananal, mostrando a malha de logradouros sobreposta a imagem de satélite. Na imagem é possível visualizar os nomes de três travessas inseridos diretamente na foto por uma das técnicas da equipe da SNP.

Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP- MCid (2024)

Verificação de informações em campo

Tem como principal objetivo a checagem dos dados pré existentes e já representados no Mapa Base, a partir da observação da realidade encontrada em campo.

Conferência e/ou desenho da malha de logradouros

A conferência do traçado e dos nomes dos logradouros é uma etapa fundamental para garantir que todos os logradouros apontados na fase de levantamento de dados estejam devidamente incluídos, ou, caso contrário, identificar se restaram ruas, becos ou vielas ainda não contemplados.

Nesta mesma etapa também confere-se se os nomes utilizados pelos moradores, ou seja, o endereço real, está compatível com o previamente levantado. É comum encontrar sinalizações feitas pelos moradores, placas de uso das concessionárias de serviços etc. com os nomes adotados nos bairros.

Foto de domicílio situado na Comunidade do Bananal/SP, um dos territórios piloto do Programa CEP para TODOS. Na foto é possível visualizar a indicação de nome de dois logradouros numa mesma direção.

Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP- MCid (2024)



Durante a checagem em campo, é comum identificar divergências entre as informações encontradas nas bases e no território, especialmente nas nomenclaturas. Neste Guia chamamos essas divergências de **inconsistências**.

Caso tenha sido considerado o nível de endereçamento que inclui a numeração predial, observar e recolher informações sobre a lógica da numeração em cada rua. É comum as concessionárias de água e energia numerarem os domicílios e inserirem placas, inclusive.

A melhor maneira de falar sobre a prática é trazendo exemplos, não é mesmo? A seguir apresentaremos experiências de endereçamento no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, suas estratégias e abordagens para conferir o desenho dos logradouros e seus respectivos nomes.



Experiência de endereçamento do Rio + Social

Instituto Pereira Passos, ONU Habitat e Prefeitura do Rio de Janeiro

Na experiência do Rio+Social, equipes formadas por técnicos e moradores receberam treinamento para consolidar o traçado real de logradouros usando mapas e ortofotos. Dada a escala das comunidades trabalhadas foi preciso separá-las em setores, gerando uma série de mapas em tamanho A3 - tamanho que facilita o manuseio para conferência em campo. Todos os agentes de campo, receberam o seguinte conjunto de mapas:

- perímetro do território com a localização da comunidade;
- mapa da área com indicação dos setores trabalhados;
- ortofotos com os setores que os agentes deveriam percorrer e mapear;
- setores delimitados em papel vegetal (sem ortofoto), mostrando apenas os logradouros que seriam checados em campo.

Os agentes que foram a campo usaram um papel vegetal por cima do mapa base. No papel vegetal eles desenharam a lápis as ruas, becos ou vielas que encontravam no território e que ainda não apareciam no mapa base. Usaram marcadores de texto para confirmar ou corrigir o traçado dos logradouros. Também incluíam os símbolos necessários para registrar essas novas informações de forma clara.



Imagem de mapa com os logradouros checados em campo e com a “marcação” de identificação e correção das vias. Fonte: (RIO DE JANEIRO, 2017).

Experiência de endereçamento na Comunidade de Dorothy Stang/DF

Residência Multiprofissional Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecológica (CTS) da FAU/UnB

No processo de endereçamento da comunidade de Dorothy Stang a equipe da Residência que atua no programa Periferia Viva delimitou setores e grupos para divisão do trabalho de campo. A checagem dos dados de logradouros e números ocorreu em duas oficinas participativas.



O mapa de microrregiões da Comunidade de Dorothy Stang combina imagem aérea com a representação de microrregiões nomeadas pela própria população através do Comitê Gestor da comunidade. Os setores são identificados por cores distintas e possuem nomes específicos como “Filhos de Jorge” e “Terra Prometida”. A base ortofotográfica foi gerada a partir de voos de drone realizados pela equipe técnica, conforme metodologia aplicada pelo Laboratório Periférico (FAU/UnB).

Fonte: Trecho de apresentação da Residência CTS sobre as ações do Periferia Viva em Dorothy Stang realizada em março de 2025

Uma primeira oficina teve como foco a caminhada percorrendo os logradouros, usando aplicativos de mapeamento, câmeras fotográficas, croquis e anotações manuais, permitindo a consolidação de um levantamento completo da situação atual de identificação dos endereços e números de lotes por setor, indicados na imagem acima por cores distintas.

Na segunda oficina foram apresentados os levantamentos realizados com o intuito de otimizar as potencialidades do sistema de endereçamento que já estava em uso pelas moradoras e moradores e foram decididos os encaminhamentos para a continuidade dos trabalhos, um deles foi a redefinição dos setores. Lembrando que os endereços no Distrito Federal são em sua maioria compostos por setores, quadras, lotes e conjuntos.



A imagem registra um dos momentos da Oficina de Identificação de Endereços, realizada nos dias 22 e 29 de janeiro de 2025 com participação dos moradores e da Residência CTS (FAU/UnB). A fotografia mostra o mapa impresso com sobreposição de papel vegetal, utilizado para definir, junto à comunidade, a lógica de numeração que seria aplicada no processo de endereçamento.

Fonte: Trecho de apresentação da Residência CTS sobre as ações do Periferia Viva em Dorothy Stang realizada em março de 2025

Endereços - FILHOS DE JORGE



O mapa ao lado mostra o resultado do processo de numeração do setor “Filhos de Jorge” indicado em verde claro no mapa. Todas as numerações neste setor são acrescidas de letras que indicam as quadras onde os lotes e casas estão inseridos.

Fonte: Trecho de apresentação da Residência CTS sobre as ações do Periferia Viva em Dorothy Stang realizada em março de 2025

Sugere-se fortemente que os moradores sejam protagonistas dessa etapa. Se possível caminhando junto aos agentes da prefeitura e realizando essas conferências de forma coletiva. As ruas têm voz e seus nomes muitas vezes fazem parte dessas histórias ainda não contadas.



PRODUTO 2 - Relatório de Observação

O Relatório de Observação reúne de forma objetiva as observações feitas durante a visita ao território.

Como segundo produto desta fase, a sugestão é um relatório de observação, que registre, de forma objetiva, as observações feitas durante a visita ao território. Ele geralmente inclui uma breve caracterização do território, identificação do projeto e da equipe, os objetivos da(s) visita(s), a metodologia utilizada, e, sobretudo, uma descrição da situação dos componentes do endereçamento e dos principais aspectos comunitários, percepções locais e possíveis conflitos. Anexos como fotos, mapas, croquis e registros também costumam complementar o documento.

Experiência de elaboração dos Relatórios de Observação no endereçamento dos territórios piloto do CEP para TODOS

Equipe de Endereçamento da Secretaria Nacional de Periferias



A imagem compila todas as páginas do Relatório de Observação da Comunidade de Nova Conquista/SP, mostrando que seu conteúdo é composto por mapas, fotos, quadros-resumos e comparativos de imagens de satélite.

Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP- MCid (2024)

O Relatório de Observação das comunidades piloto foi elaborado a partir de visitas técnicas de campo e estruturado com base em cinco eixos principais: caracterização físico-urbanística e ambiental, fundiária, histórico-organizativa, tipologia de intervenção e quadro-resumo. As informações foram levantadas por meio de observação direta, diálogos com moradores e lideranças locais, e registros fotográficos e cartográficos realizados durante o percurso a pé pela comunidade.

O documento contempla dados sobre localização, acessos, infraestrutura urbana, morfologia das ruas, situação das moradias, serviços públicos disponíveis, endereçamento informal, dinâmicas de entrega de correspondências, existência ou não de equipamentos coletivos e formas de organização comunitária. Também foram identificadas as condições fundiárias da área, além do mapeamento das principais referências comerciais, formas de comunicação entre os moradores e estratégias adotadas frente à ausência de CEP. Ao final, o relatório apresenta uma análise sintética da situação do território e sua potencialidade para implementação de soluções de endereçamento, servindo como base para futuras ações intersetoriais. ■





“

O trabalho da Residência da UFSC contou com a interlocução e parceria da Associação de Moradores no processo de endereçamento. No caso de Frei Damião, grande parte das ruas da comunidade já possuíam nomes, mas muitos não eram oficiais.

A Associação promoveu a escolha dos novos nomes com os habitantes locais e colaborou com a equipe da UFSC para identificar e localizar as vias nos mapas, que subsidiaram o Projeto de Lei municipal que cadastrou, em bloco, mais de 70 vias no território. No processo também numeramos cerca de 2.400 lotes, com excelente receptividade e participação dos moradores nas primeiras Oficinas para a fixação dos novos números nas fachadas dos domicílios.

A participação popular no endereçamento é fundamental.

Soraya Nór

Professora do Curso de Graduação em
Arquitetura e Urbanismo e do Programa de
Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

”

FASE 2

VALIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

A segunda fase é dedicada à organização, sistematização e tratamento das informações coletadas na Fase anterior. É o momento de sobrepor dados, identificar e resolver inconsistências, validando informações de forma técnico-comunitária e garantindo que o endereçamento reflita a realidade vivida no território. Esta fase é a mais importante do processo, pois o seu produto final é o que será enviado aos Correios e submetido à atribuição dos CEPs.



Sobreposição de dados e identificação de inconsistências

Neste momento será necessário comparar nomes de logradouros, traçados de ruas e padrões de numeração, posicionando o mapa e as tabelas de campo ao lado dos mapas e tabelas das fontes consultadas em busca de divergências e convergências.

Sistematização de inconsistências

Nesta etapa, as inconsistências levantadas na fase anterior serão organizadas e sistematizadas, com o objetivo de chegar ao fim do processo com o traçado da rua, onde ela começa e termina e qual o nome dela que irá ser oficializado a partir da atribuição do CEP.

As inconsistências nos dados de logradouros incluem casos como nomes diferentes em várias fontes para o mesmo logradouro, nomes iguais atribuídos à vias distintas, ruas sem denominação, entre outras. Essas incompatibilidades dificultam a precisão das informações e inviabilizam a publicação dos CEPs. Não é possível enviar aos Correios um mapa onde dois nomes se mantêm em uma mesma via, por exemplo.

Inconsistências nos Logradouros:

- Mesmo nome para logradouros distintos;
- Nomes diferentes para o mesmo logradouro;
- Logradouro sem nome na base e também sem nome visível em campo;
- Tipologia do logradouro (ex: rua, travessa, beco) diferente entre base e campo;
- Logradouro com geometria não convencional (em “T”, “U”, “Y” etc.);
- Logradouro que passará por intervenção urbana, e que mudará seu traçado, ou deixará de existir.

6 logradouros e 2 Travessas: Travessa Machado e Travessa Euclides, sem CEP em nenhum dos logradouros.



TRAVESSA
Machado de Assis

TRAVESSA
Euclides da Cunha

Foto de mapa base utilizado para identificar inconsistências de logradouros na Comunidade de Scorpions/SP. Na imagem é possível visualizar o processo de cruzamento de informações encontradas em campo e nas plataformas digitais de mapeamento.
Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP- MCid (2024)

Inconsistências na Numeração:

- Numeração inexistente ou ausente na base de dados;
- Várias numerações atribuídas a uma mesma edificação;
- Numeração repetida no mesmo logradouro;
- Numeração retificada sem atualização de placa no imóvel;
- Numeração atribuída fora da sequência lógica.



Foto de domicílios situados na Comunidade de Vila Nova Esperança/SP, um dos territórios-piloto do Programa CEP para TODOS, que mostra numerações distintas aparentemente atribuídas a um mesmo lote.
Fonte: Equipe de Endereçamento / SNP-MCid (2024)

A experiência na inconsistência em numerações na Comunidade Frei Damião

Especialização em Arquitetura e Urbanismo para atuação em Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social da UFSC

No processo de endereçamento da Comunidade Frei Damião, em Palhoça (SC), a equipe da Residência da UFSC identificou grandes lacunas na numeração dos imóveis, muitos deles se repetiam ou não correspondiam à lógica da numeração existente, com a indicação do número zero repetindo-se em diversos lotes conforme imagem abaixo.



O mapa ao lado mostra a situação da numeração de domicílios existente no cadastro da Prefeitura Municipal de Palhoça/SC.

Fonte: Trecho de apresentação da Especialização em Arquitetura e Urbanismo para atuação em Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social da UFSC sobre as ações do Periferia Viva em Frei Damião, Palhoça/SC, realizada em março de 2025

É importante ressaltar que podem existir outras inconsistências além das que exemplificamos aqui. Diante disso, para registrar essas informações de forma estruturada, este Guia apresenta uma tabela de conferência de logradouros com sugestões de campos específicos relacionados aos logradouros e eventuais inconsistências. Esse instrumento é essencial para orientar os processos de validação, e posterior codificação postal dos logradouros.



PRODUTO 3 – Matriz de Inconsistências

A Matriz de Inconsistências é uma tabela estruturada que reúne as informações consolidadas sobre os logradouros identificados no território com foco nas divergências encontradas entre o levantamento prévio e o trabalho de campo.

Essa matriz serve como base para as atividades da Fase 2, onde as inconsistências encontradas são analisadas coletivamente para então avançar para a Fase 3, de oficialização. Abaixo oferecemos um modelo com sugestão de campos a serem inseridos na matriz:

MATRIZ DE INCONSISTÊNCIAS								
ID	Logradouros					CEP	Comunidade	Tipo de Inconsistência
	Nome_PREF	Nome_OSM	Nome_IBGE	Nome_Campo	Nome_fonte_xx			

Cada logradouro é verificado e o seu nome incluído na tabela a partir das diversas fontes que foram levantadas, além da verificação de campo. No exemplo, a equipe da SNP construiu uma matriz com diferentes dados e levantou as possíveis inconsistências para os logradouros do Complexo da Maré:

fid	Nome_IPP	Nome_RIO	Nome_RedesMare	Nome_Google	CEP	Núcleo	Tipo_Inconsistencia
1	1423 Avenida Canal	Avenida Canal	Avenida Canal - margem direita	Avenida Canal	NULL	Vila Pinheiro	Sem inconsistência
2	217 sem nome - CL 364745	Via B1 Quadra A	Rua Quadra A	Via B1 Quadra A	NULL	Vila Pinheiro	Rua sem denominação
3	1544 sem nome - CL 364745	Rua Quadra B	Rua Quadra A	Via B 1 Quadra A	NULL	Vila Pinheiro	Rua sem denominação
4	1209 Rua Projetada C PAA 11486/PAL 44811	Rua Projetada C	Rua Projetada C	Rua Projetada C	NULL	Vila Pinheiro	Rua sem denominação
5	1315 Rua Nova Jerusalém	NULL	NULL	NULL	NULL	NULL	Rua não encontrada
6	263 sem nome - CL 278499	Via C Onze	Rua Euníca da Cunha	Vila C-Onze	NULL	Vila Pinheiro	Nomes divergentes
7	1910 sem nome - CL 278499	Via C Onze	Rua Euníca da Cunha	Vila C-Onze	NULL	Vila Pinheiro	Nomes divergentes
8	1255 Travessa da Paz	Travessa da Paz/Travessa Vinte e Seis	Travessa Silva	Travessa Vinte e Seis	NULL	Vila Pinheiro	Nomes divergentes
9	291 Vila Quatorze	Vila Quatorze	Vila 14	Vila Quatorze	NULL	Praia de Inhaúma	NULL

Tabela de atributos de logradouros do Complexo da Maré elaborada a partir de bases existentes apontando inconsistências de logradouros identificadas em campo.

Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP- MCid (2024)

A tabela também pode incluir o campo CEP, caso o logradouro já tenha codificação postal. Importante lembrar que muitas vezes o CEP que consta nas placas ou sinalizado pelos moradores, nem sempre são condizentes à realidade.




A melhor forma de verificar a atribuição do CEP é através do Busca CEP, diretamente no site oficial dos Correios.

Busca CEP

Digite um CEP ou um Endereço:*

Esse CEP é de:

 Digite o texto contido na imagem*

Buscar

Resultado da Busca por Endereço ou CEP

1 a 1 de 1

Logradouro/Nome	Bairro/Distrito	Localidade/UF	CEP
Comunidade Urbana Morro dos Prazeres	Santa Teresa	Rio de Janeiro/RJ	20241-412

Nova Busca

Plataforma Busca CEP.
Fonte: Portal dos Correios. Acesso em: 20/06/25

Uma vez preenchida a Matriz de Inconsistências para cada logradouro, seguimos para a etapa de validação de endereços.

Validação dos endereços

No processo de resolução de inconsistências é preciso organizar espaços coletivos de decisão, como oficinas, reuniões ou assembleias comunitárias, para validar nomes e traçados dos logradouros.

As atividades desta etapa devem envolver **moradores, lideranças locais** e técnicos, garantindo que o endereço final reflita a realidade vivida no território. O que for acordado precisa ser **registrado e sistematizado: tipos de logradouros, nomenclaturas, confrontantes, traçado, lógica e padrão de numeração**, quando for o caso.

A participação comunitária no processo de resolução de inconsistências nos logradouros é de extrema importância para a construção da **identidade popular**, apresentando os critérios, desafios e diferentes olhares sobre a legitimação das comunidades urbanas periféricas. Contudo, no processo é **importante verificar a existência prévia do nome em outros logradouros da cidade, a fim de evitar repetições e possíveis ambiguidades**.

Mesmo parecendo algo simples, ‘batizar’ uma rua, beco ou viela, tem uma carga significativa de pertencimento e memória coletiva.

Pode ser uma forma de homenagear a história e a cultura local, e transmitir valores importantes, priorizando nomes que tenham essa relevância histórica e representem a diversidade do território.

Alguns caminhos possíveis para a validação:

- Organizar **grupos focais** com os moradores dos logradouros que precisam de correção para encontrar soluções;
- Convocar **oficinas e assembleias gerais** com o apoio de associações de moradores;
- Aprofundar o **diálogo com lideranças de movimentos** e associações sobre as inconsistências encontradas;
- Instituir um processo de **votação ou consulta pública para definir as soluções a serem adotadas**;
- Definir um morador **responsável pela interlocução** com o território para solucionar as inconsistências caso a caso, entre outras.

A seguir vamos mostrar algumas experiências de validação e resolução de inconsistências:



Dar nome a uma rua é também uma forma de valorizar a história e a cultura local, transmitindo valores importantes e priorizando referências que representem a identidade do território.

Experiência de endereçamento da Ocupação Marielle Franco em Salvador/BA

Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAU UFBA)



Registro das atividades presenciais realizadas em fevereiro de 2025 como parte do processo de endereçamento da Ocupação situada na Região Metropolitana de Salvador. As ações envolveram agentes comunitários, moradores e equipe da UFBA, com foco na escuta ativa, validação de nomes de ruas e coleta de dados para numeração de lotes.

Fonte: Trecho de apresentação da Residência RAU+E sobre as ações do Periferia Viva na Ocupação Marielle Franco realizada em março de 2025

RESULTADOS

CEP	Nome Atual	Nome Escolhido	Observação
43703-634	Rua São Cristóvão	Rua Caminho das Árvores	Indicação continuidade entre ruas que tinham nomes e CEPs independentes.
43704-740	Rua ZC	Rua Caminho das Árvores	
43704-740	Ruz ZC	Rua 35	Indicação de divisão em dois nomes para rua que tinha um único nome e CEP.
43704-658	Rua ZA	Rua da Vitória	
43704-662	Rua Y	Rua da Paz	
43704-656	Avenida Baraúna	Avenida Baraúna	
43704-660	Rua Z	Rua Jerusalém	
43704-666	Rua V	Rua Bela Vista	Existe rua com o mesmo nome no município.
43704-664	Rua Costa Azul	Rua Costa Azul	
-	Sem Nome	Indefinido	Rua aberta após o loteamento, sem nome e sem CEP.
43704-668	Rua W	Rua do Paraíso	
43704-670	Travessa 3ª ZC	Travessa Betija-Flor	
43704-672	Travessa 2ª ZC	Travessa dos Pássaros	
-	Travessa 1ª ZC	Travessa da Pró	
-	Sem Nome	Travessa Oito de Março	Travessa sem nome e sem CEP no registro do município.
-	Sem Nome	Indefinido	
-	Sem Nome	Indefinido	
-	Sem Nome	Indefinido	

Tabela de sistematização dos resultados do processo de endereçamento apresentando os CEPs associados, os nomes atuais das vias, os nomes escolhidos pela comunidade e observações técnicas.

Fonte: Trecho de apresentação da Residência RAU+E sobre as ações do Periferia Viva na Ocupação Marielle Franco realizada em março de 2025

A experiência de endereçamento na Região Metropolitana de Salvador foi conduzida pela equipe da Residência em articulação com agentes comunitários, moradores e instituições parceiras. As atividades de validação envolveram reuniões presenciais, caminhadas no território e discussões coletivas sobre nomes de logradouros. Nos encontros foram discutidas rua-a-rua, com apenas os moradores de cada rua em questão, alternativas de nomeação e padronização, a partir da escuta da comunidade e do reconhecimento dos nomes utilizados pelos moradores. A sistematização resultou na criação de uma tabela que reúne o nome atual, o nome escolhido e observações encontradas — como nomes de logradouros repetidos, ausência de CEP, entre outras.

Experiência de endereçamento na Comunidade Frei Damião (Palhoça/SC)

Especialização em Arquitetura e Urbanismo para atuação em Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social da UFSC



As figuras mostram a metodologia de validação de endereços utilizada pela equipe da UFSC e parceiros no endereçamento da Comunidade Frei Damião, em Palhoça/SC.

Fonte: Trecho de apresentação da Especialização em Arquitetura e Urbanismo para atuação em Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social da UFSC realizada em março de 2025

A validação dos nomes de logradouros e da numeração predial na Comunidade Frei Damião foi realizada por meio de um processo colaborativo setorizado, que envolveu moradores, a associação comunitária, a equipe técnica da UFSC, representantes da Prefeitura de Palhoça e os Correios. A mobilização partiu da demanda local por reconhecimento oficial dos endereços e pela superação das falhas no cadastro público — como ruas sem nome e imóveis sem número ou com numerações duplicadas. O trabalho começou com reuniões com a associação de moradores e caminhadas pelo território. As vias foram organizadas em um padrão lógico, e a numeração considerou critérios como testada do lote, sentido geográfico e paridade de números em cada lado da rua. A validação final aconteceu em campo, com o apoio direto da comunidade: uma bicicleta de som anunciou a ação, e posteriormente as placas de numeração foram fixadas pelas equipes em mutirão.

Experiência de endereçamento na Região Metropolitana de Maceió (RMM)

Laboratório de Regularização Fundiária (L.A.R) da Universidade Federal de Alagoas em parceria com o Governo do Estado de Alagoas



Na figura é possível visualizar a organização da lógica de numeração predial validada e pensada diretamente com os moradores da Região Metropolitana de Maceió.

Fonte: Laboratório de Regularização Fundiária (L.A.R) da Universidade Federal de Alagoas (2024)

A experiência conduzida pelo Laboratório de Regularização Fundiária da UFAL (L.A.R), em parceria com a SETRAND/AL, Correios, IBGE e o TJ/AL, integrou o endereçamento às ações de regularização fundiária e urbanização nas grotas da Região Metropolitana de Maceió. A atividade foi estruturada em etapas sucessivas de levantamento, escuta comunitária e pactuação institucional, com foco na validação dos nomes dos logradouros e na definição da numeração dos imóveis. A metodologia incluiu a construção de plantas faladas como instrumento de apoio às visitas em campo, panfletagem para divulgar as datas de escuta com os moradores, e a realização de escutas porta a porta, onde foram pactuados os nomes das ruas e os números das casas. Na sequência foi apresentada uma proposta de numeração com base em critérios como testada do lote, paridade dos lados da via e direção de crescimento. As informações validadas foram sistematizadas em um memorial descritivo, usado para elaborar minutas de leis ou decretos.

Experiência de endereçamento na Comunidade Scorpions/ SP, território piloto do programa CEP para TODOS

Equipe de Endereçamento / SNP - MCid



Validação de logradouros dialogada diretamente com os moradores na Comunidade Scorpions/SP.

Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP-MCid (2024)

Na Comunidade Scorpions/SP houve a realização de caminhadas guiadas pelas lideranças e moradores do território junto com a equipe técnica do Ministério das Cidades. As atividades em campo contaram com mapas e imagens de satélite impressos para comparar traçados e nomes de ruas em diálogo direto com os moradores de cada rua. Numa fase mais avançada do processo, o processo de validação das novas numerações previstas foi feito com a escrita dos números diretamente no muro dos domicílios, pelos moradores e pela equipe técnica do endereçamento da SNP- MCid, como podemos ver na foto abaixo.



Organização da lógica e validação de numeração predial feita diretamente com os moradores na Comunidade Scorpions/SP.

Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP-MCid (2024)

Experiência de mapeamento popular na comunidade de Vila Nova Jaguaré/SP

Equipe do Endereçamento e do Mapa das Periferias / SNP - MCid



Mapeador popular sinalizando pontos no mapa impresso da Comunidade.

Fonte: Mapa das Periferias / SNP-MCid (2024)



Moradores da comunidade, equipe do Mapa das Periferias e do Endereçamento da da SNP-MCid durante atividade de mapeamento popular.

Fonte: Mapa das Periferias / SNP-MCid (2024)

A metodologia de Mapeamento Popular do Mapa das Periferias está ancorada na escuta e protagonismo dos moradores, valorizando o seu conhecimento sobre o território. Na experiência da Vila Nova Jaguaré o mapeador popular Pedro Ivo Correia teve papel fundamental na interlocução com a comunidade e na coleta das informações que alimentaram os mapas de endereçamento. A definição de uma pessoa do território como responsável por essa articulação, pode ser uma forma de viabilizar e agilizar o processo de validação do endereçamento junto aos moradores.

Após a conclusão da etapa de verificação técnico-comunitária de inconsistências, chegamos ao principal produto que esta metodologia propõe, que é o mapa final consolidado, atrelado a uma tabela de atributos com as informações dos logradouros, que finaliza o processo de endereçamento.



PRODUTO 4 – Base cartográfica de Logradouros

A Base Cartográfica de Logradouros é composta pelo mapa final que traduz o fim do processo de endereçamento, contendo a tabela de atributos de cada logradouro e a representação de seu traçado, em formato georreferenciado.

O mapa do endereçamento junto da tabela de atributos dos logradouros, representam a visão expandida de todas as ruas, becos, vielas, travessas e escadarias do território periférico, já com seus eixos de via e nomes definidos. É o produto que consolida as decisões tomadas durante o processo de validação e sistematiza os dados que servirão de base para a atribuição de CEP e demais formas de integração.

O conteúdo mínimo do **MAPA FINAL DE ENDEREÇAMENTO** e sua respectiva **TABELA DE ATRIBUTOS** é o que segue:

1. **Indicação da poligonal do território periférico a ser endereçado**
2. **Malha vetorial de eixo de logradouros com os seguintes atributos:**
 - a. **Tipo de logradouro:** Classificado em rua, avenida, beco, viela, escadaria...
 - b. **Nome do logradouro**
 - c. **Nome da comunidade**
 - d. **Bairro**
 - e. **Município**



É importante destacar que esse produto é decisivo! Sua confecção é o coração do processo de endereçamento aqui proposto, tendo o CEP como principal forma de oficialização dos endereços em Favelas e Comunidades Urbanas. Este mapa pode cumprir outros papéis quando finalizado, antes e depois da publicação dos CEPs e legalização de seus logradouros.

ID	TIPO_LOGRA	NOME_LOGRA	NOME_FAVEL	BAIRRO	MUNICÍPIO
1	RUA	DA OLARIA	RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM
2	RUA	LÍRIO DO VALE	RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM
3	RUA	DA REDENÇÃO	RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM
4	PASSAGEM	CRISTO REI	RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM
5	PASSAGEM	NOVA JERUSALÉM	RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM
6	VIELA	CANAÃ	RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM
7	RUA	DO PROFETA	RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM
8	RUA	APOCALIPSE	RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM
9	RUA	FÉ EM DEUS	RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM
10	RUA	DA SALVAÇÃO	RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM
11	RUA	DA ESPERANÇA	RIACHO DOCE	GUAMÁ	BELÉM

Tabela de atributos contendo todas as informações dos logradouros da Comunidade de Riacho Doce em Belém/PA.

Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP- MCid (2024)



A figura exemplifica uma forma de representar o Mapa de Logradouros, nela estão indicadas a extensão total e os nomes dos logradouros da Comunidade de Riacho Doce em Belém/PA.

Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP - MCid (2024)

Experiência de endereçamento na Comunidade Scorpions/ SP, território piloto do programa CEP para TODOS



Mapa de Logradouros e numerações prediais da Comunidade Scorpions.

Fonte: Equipe do Endereçamento / SNP- MCid (2024)

O mapa acima representa o produto final elaborado pela equipe da SNP para o endereçamento da Comunidade Scorpions/SP. Optou-se por uma representação visual baseada em cores, em que cada cor indica a direção da fachada principal (ou testada) de cada lote — ou seja, mostra para qual logradouro o lote está voltado.

Por exemplo: os lotes em rosa estão orientados para a via destacada na mesma cor, a Rua Antônio Dorna de Oliveira. Já os lotes em azul possuem fachadas voltadas para logradouros também identificados em azul, como a Rua Euclides da Cunha. Esse padrão se repete para todas as demais cores, permitindo identificar, de forma intuitiva e visual, a relação entre cada lote e o logradouro ao qual está vinculado. Essa abordagem facilita a compreensão da organização espacial das quadras, da numeração predial e do posicionamento dos lotes em relação às vias públicas — prontos para o cepeamento. ■



“

Participar do Periferia Viva, levando a presença dos Correios por meio do CEP para TODOS, desperta um sentimento grandioso: o de reconhecer, conectar e servir os brasileiros e brasileiras que dão vida às periferias do nosso país. Para planejar e dimensionar o atendimento de encomendas e correspondências, é preciso superar as fragilidades relacionadas aos endereços, permitindo assim a oficialização de novos CEPs e o aumento da eficiência do serviço postal.

Fabiano Silva dos Santos
Presidente dos Correios

”



FASE 3

OFICIALIZAÇÃO

A fase de Oficialização é a concretização do processo de endereçamento. É nesse momento que o reconhecimento do endereço em territórios periféricos se materializa na possibilidade de ampliação da cobertura dos serviços, a exemplo do serviço postal dos Correios. Conforme os territórios vão sendo endereçados, consolidam-se informações importantes para seus moradores. Quando um sujeito passa a conhecer o nome e o número da sua rua, abrem-se portas para uma série de serviços que exigem a identificação do endereço. Nesta fase, isso se dará por meio de diferentes caminhos, como a oficialização propriamente dita, a inserção do endereço em plataformas de mapeamento e a integração com outras políticas públicas.



Reconhecimento Oficial

Esta etapa corresponde a incorporação dos endereços nas bases oficiais. Podendo ser por meio da formalização via executivo ou legislativo, é aqui que os endereços passam a integrar cadastros municipais e a possuir codificação postal com a atribuição de CEP pelos Correios.”



A etapa de oficialização do endereço pode ser considerada:

- **Por meio do CEP**, codificando os logradouros ainda não cepeados e **viabilizando sua integração plena ao banco de dados dos Correios**, que contém todos os registros de CEP, que é o Diretório Nacional de Endereços - DNE, consumido por **diversos sistemas nacionais de entrega**, localização e cadastros.
- **Por meio da legalização e formalização dos logradouros**, que assegura o reconhecimento legal dos logradouros, por meio de legislação específica pelo legislativo ou via decreto pelo Executivo, e incorporação nos cadastros municipais, como os de saúde, educação, assistência social, planejamento;

Experiência de cepeamento no nível logradouro em Scorpions/SP, território piloto do CEP para TODOS

Equipe de Endereçamento da Secretaria Nacional de Periferias

Para registrar os CEPs oficializados no Scorpions, a equipe de endereçamento destacou os logradouros cepeados com cores e vinculou aos seus respectivos CEPs indicados na legenda. Esse é um bom material a ser apresentado como resultado da oficialização, sobretudo no diálogo com as Favelas e Comunidades Urbanas beneficiadas.



Mapa de CEPs oficializados pelos Correios na Comunidade Scorpions/SP.

Fonte: Equipe de Endereçamento / SNP- MCid (2024)

A oficialização pode exigir a elaboração e tramitação de documentos específicos. Para orientar as gestões locais, este Guia disponibiliza dois modelos de minutas nos anexos, como sugestão para uso:

- **Minuta padrão de solicitação de codificação postal aos Correios:** este documento deve ser dirigido formalmente aos Correios solicitando a atribuição de CEP para os logradouros a serem endereçados.
- **Minuta padrão de decreto/ lei de formalização dos logradouros:** este documento deve ser submetido à Câmara de Vereadores ou via Executivo, como uma proposta que oficializa a denominação de logradouros.

Geração de Comprovante de Endereço

A geração de uma **documentação oficial, institucionaliza o processo, fortalecendo o reconhecimento dos territórios populares** junto aos órgãos governamentais. No contexto dos territórios periféricos, a ausência da comprovação de endereço limita uma série de benefícios constitucionalmente garantidos. **O comprovante é fundamental** para garantir a existência do endereço, possibilitando o **acesso a programas e serviços**.

Este comprovante pode ser adquirido a partir da **integração dos endereços** com as concessionárias de água e energia, mas também pode ser emitido um documento pela própria administração pública, atestando-os. Para contribuir, este Guia disponibiliza um modelo de **Comprovante de Endereço** nos anexos.



Você sabia que o processo de denominação de logradouros não é de competência exclusiva do Poder Legislativo? Pois é, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal (RE 1151237) que estabelece que tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo podem nomear ruas e logradouros, desde que respeitadas suas atribuições institucionais.



Experiência de endereçamento na Região Metropolitana de Maceió (RMM)

Laboratório de Regularização Fundiária (L.A.R) da Universidade Federal de Alagoas em parceria com o Governo do Estado de Alagoas.



Ao final do processo de endereçamento conduzido pelo Governo de Alagoas em parceria com o L.A.R da UFAL foram emitidos comprovantes de endereço individualizados para cada um dos residentes das comunidades endereçadas na RMM contendo as seguintes informações: Nome completo do morador, CPF, Nome da Rua, Número, Bairro, Cidade, CEP e Coordenadas Geográficas do imóvel.

Sinalização e Plaqueamento

A sinalização ou plaqueamento é a etapa concreta e visível do endereçamento, fundamental na localização no território beneficiado. Esta etapa prevê a **instalação de placas de identificação dos logradouros** com identificação **do CEP**, garantindo que as informações coletadas e validadas estejam expostas no território.

Para isso, é essencial definir previamente as dimensões, conteúdos, material, tipo de suporte e fixação das placas. Há municípios que já possuem normativas sobre placas de identificação de logradouros. A SNP criou um modelo de placa vinculado ao programa CEP

para TODOS, que evidencia não só os dados gerados, mas também a articulação entre atores que viabilizou a consolidação desse importante marco de localização territorial. O modelo de placa de identificação do programa CEP para TODOS encontra-se nos Anexos.

Experiência de sinalização de numerações prediais no endereçamento da Comunidade Frei Damião (Palhoça/SC)

Especialização em Arquitetura e Urbanismo para atuação em Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social da UFSC



A figura mostra fotos da ação de sinalização realizada, mostrando o resultado final da fixação dos números e o processo de diálogo com moradores.

Fonte: Trecho de apresentação da Especialização em Arquitetura e Urbanismo para atuação em Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social da UFSC realizada em março de 2025.

A ação de fixação dos números foi realizada pela equipe da UFSC no dia 14/09/24, após divulgação com bicicleta de som dois dias antes. Em cerca de duas horas, 10 equipes compostas por 2 a 3 pessoas enumeraram 139 lotes ao longo de 1,2 km da rua. As placas foram produzidas com poliestireno branco cortado em formatos menores (10 x 25 cm) e fixadas com arame, abraçadeira, cola PU ou fita dupla face. Os números foram adesivados previamente e distribuídos conforme critério técnico da prefeitura: sequência crescente do sul para o norte, números pares à esquerda e ímpares à direita.

Experiência de sinalização de logradouros e CEPs no endereçamento das Comunidades de Salinas 1 e 2 (Laranjeiras/SE)

Residência Multiprofissional em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade (Habicidade) da UFS



Comunicação dos resultados

Uma vez consolidados os endereços nas bases de dados e atribuição dos CEPs, é de suma importância retornar ao território periférico para apresentar o resultado final do processo de validação e consolidação.

Uma boa forma de apresentar os resultados da consolidação do endereçamento é levando os mapas e a relação de logradouros impressos para serem apresentados à comunidade endereçada, para que a população se aproprie e tome

conhecimento dos endereços pós atribuição dos CEPs. A imagem abaixo é da Caravanas das Periferias realizada logo após a implementação do CEP na comunidade de Bananal, território piloto endereçado pela equipe da SNP.

Devolutiva para a Comunidade de Bananal/SP, território piloto do CEP para TODOS, durante a Caravana de Periferias

Equipe da Secretaria Nacional de Periferias - MCid



Além da apresentação do mapa de logradouros, também foi instalada uma placa indicando que o território havia sido contemplado pelo CEP para TODOS. Essa é apenas uma das formas de levar uma devolutiva para os territórios. Há muitas possibilidades de devolutiva, como organização de assembleias, entrega de panfletos, a cerimônias mais formais, de modo que a população tenha conhecimento dos CEPs atribuídos no território.

Atualização em plataformas de mapeamento

Corresponde à inserção dos dados do Endereçamento em bases de geolocalização, como plataformas de acesso público, como mecanismo de reconhecimento territorial.

A atualização dos dados de endereçamento nas principais plataformas de **geolocalização é uma etapa estratégica do processo**, pois por meio delas possibilita-se o acesso a alguns serviços, visto que diversas empresas fazem uso desses dados. É por meio delas também que se **visibiliza a existência dos territórios na malha urbana da cidade**.

Neste momento, o trabalho de mapeamento realizado é consolidado por meio do carregamento dos dados em bases como Google Maps, OpenStreetMap e demais plataformas.

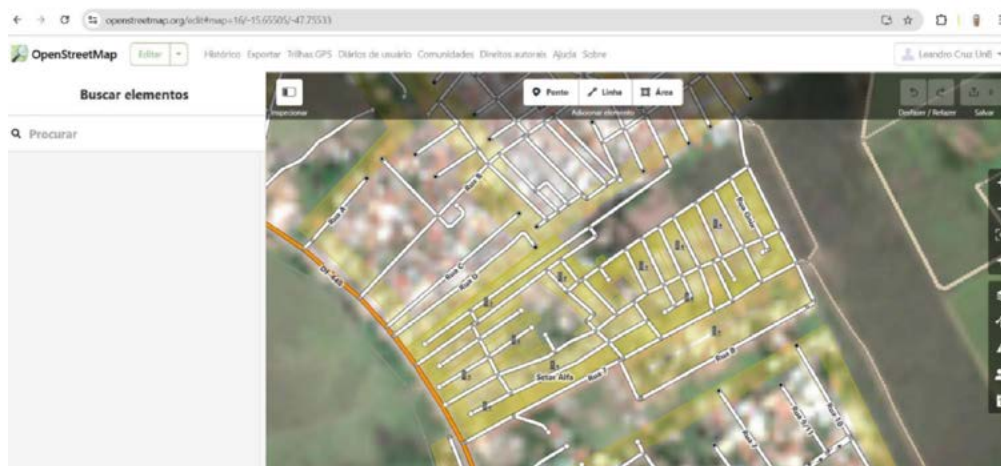
O mapa do território pode (e deve) ser publicado na plataforma do Mapa

das Periferias, garantindo visibilidade nacional para o processo construído. A plataforma permite que qualquer pessoa veja, baixe e utilize os dados, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a privacidade e segurança das informações compartilhadas. A ação de publicar o mapa ultrapassa a função técnica de registro geoespacial, dando visibilidade e atuando como mecanismo de reconhecimento territorial.

Também é recomendada a integração junto ao cadastro de concessionárias de serviços públicos, promovendo a inclusão e unificação desses endereços, e melhorando a gestão desses serviços urbanos.

Inserção e correção de traçados dos logradouros da Comunidade de Dorothy Stang/DF no OpenStreetMap

Residência Multiprofissional Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecológica (CTS) da FAU/UnB





Mapear é também garantir o acesso à informação sobre o território para o território. E fazer isso a partir de metodologias que dialogam com sujeitos periféricos é assumir que não basta existir: é preciso ser reconhecido pelas ferramentas e processos que organizam as cidades.

Integração com outras políticas públicas

Representa a articulação com outras políticas públicas que dialogam com as demandas e características dos territórios populares.

Com o processo de endereçamento concluído, tem-se insumos confiáveis e importantes para a facilitação de diagnósticos, planejamento e execução de ações públicas integradas, como:



Cadastros
Multifinalitários



Regularização
Fundiária



Pesquisas
Domiciliares



Urbanização
de Favelas



Redução de
Riscos



Planos de
Mobilidade

Pode-se dizer que o fim do processo de endereçamento é uma porta de entrada para que outros processos (re)comecem. Um território devidamente endereçado **possibilita um melhor exercício da cidadania para os moradores e um dimensionamento efetivo de políticas públicas.**

A partir dessa perspectiva, a SNP elaborou um termo de adesão aos municípios, com o propósito de impulsionar essa integração. O objetivo é garantir que os endereços sejam assimilados pelo poder público e que parcerias e trocas institucionais sejam articuladas em todo o território nacional. ■

“

A inovação apresentada neste guia está centrada no aprimoramento coletivo da metodologia de endereçamento em comunidades periféricas, com a consequente atribuição de CEP às suas ruas, becos e vielas, pensando o endereço para além dos serviços de entrega de encomendas. Toda pessoa moradora de periferia tem o direito de se localizar e ser localizada, de utilizar os serviços de saúde e educação próximos de casa, de conseguir avançar em cadastros de ofertas de emprego. Um CEP não é só um número, é a chance de ser encontrado por oportunidades que, sem ele, nunca batem à porta.”

Aramis Horvath Gomes

Coordenador do Programa CEP para TODOS
Secretaria Nacional de Periferias - Ministério das Cidades



44

Considerações Finais

A elaboração deste guia parte do princípio que a **ausência de um endereço e CEP reconhecidos é um dos fatores com implicações severas na vida cotidiana das pessoas moradoras de periferias**. A ausência de CEP não está somente vinculada à ausência do serviço de entregas de cartas e encomendas porta-a-porta, como a maioria das pessoas compreende e como foi minuciosamente desconstruída ao longo deste material.

A fragilidade de endereço, total ou parcial, soma-se às diversas **violações de direitos a que populações de Favelas e Comunidades Urbanas** já são sistematicamente submetidas, tornando-se mais um elemento que nega a essas pessoas a cidadania plena. Esse é o resultado de uma combinação de fatores históricos e escolhas políticas que em sua esmagadora maioria deixaram os moradores destes territórios à margem de políticas eficientes no enfrentamento a problemas reais. Diante desse contexto, a problemática do endereçamento não foge às principais lógicas de segregação do país.

Endereços novos surgem continuamente. Nomes de ruas podem ser alterados por solicitação de vereadores ou por costume dos moradores. Números de imóveis podem ser ajustados e criados, em função do crescimento de uma família, por exemplo. Os limites de bairros podem ser redesenhados em novas leis de abairramento. Por conta desse dinamismo, **o endereçamento precisa ser um instrumento vivo**, capaz de acompanhar e refletir essa realidade. O que implica em criar ferramentas que garantam a atualização constante dos dados sobre essas localidades. Isso só será possível com

a participação ativa da comunidade na gestão dessas informações e com o respeito à complexidade do território como ele é — chão de resistência e transformação!

A continuidade do projeto exige a reativação de todas as suas fases, desde a escuta ativa da comunidade até a validação das informações junto aos órgãos competentes. Esse processo não apenas garante a **permanência do trabalho realizado, mas também fortalece sua articulação com outras políticas públicas, como as de educação, saneamento e saúde**. Ao oferecer suporte técnico e institucional a essas políticas, o endereçamento torna-se uma ferramenta estratégica de inclusão, viabilizando o acesso a serviços essenciais e ampliando as condições de cidadania nos territórios populares.

Portanto, esse debate também é sobre justiça racial e social. Lutar pela garantia do endereçamento desses bairros é reafirmar suas existências, seus caminhos, suas histórias. **O endereçamento é direito à cidade, é reconhecimento institucional, garantia da prestação de serviços urbanos e públicos**, e, uma oportunidade de preservar a memória coletiva e ter os moradores como protagonistas de suas histórias.

O endereçamento por si só não irá resolver todos os problemas e desigualdades nas periferias, porém revela-se como porta de entrada para a chegada de outros direitos. Contudo, fundamental é **desenvolver ações de endereçamento integradas com outras políticas transversais** que serão efetivamente capazes de promover profundas transformações nesses territórios.



Glossário

Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) - Base de dados mantida pelo IBGE que reúne os endereços dos domicílios e estabelecimentos urbanos e rurais do país, utilizada como referência para o planejamento de pesquisas estatísticas e censos.

Cepeamento - Atribuição de Código de Endereçamento Postal (CEP) a um território ou logradouro, oficializando sua inclusão na base dos Correios e permitindo o atendimento postal. Pode ocorrer em diferentes níveis: geral para o território, por logradouro ou individualizado por domicílio.

Código de Endereçamento Postal (CEP) - Número usado pelos Correios para identificar oficialmente uma rua, avenida, travessa, ou outro tipo de logradouro. É composto por oito dígitos, e tem a função de facilitar e sistematizar o encaminhamento e entrega de correspondências e encomendas. No Guia, é também descrito como o “CPF da rua” por sua importância na identificação territorial.

Endereçamento - Conjunto de ações necessárias para que um território passe a ter endereços oficialmente reconhecidos. Inclui a identificação de logradouros, atribuição de nomes e números prediais, solicitação de CEP, oficialização legal e integração dos dados em bases públicas. É também um instrumento de reconhecimento territorial e inclusão cidadã.

Endereço formal - É o endereço que consta nos registros oficiais das prefeituras, reconhecido legalmente por meio de leis, decretos ou cadastros. Está geralmente vinculado à propriedade regular do imóvel e ao parcelamento legal do solo.

Endereço real - É o endereço utilizado cotidianamente pelas pessoas, ainda que não reconhecido formalmente por cadastros oficiais. Inclui nomes populares de ruas e numerações atribuídas de forma espontânea. Reflete a vivência concreta dos moradores, sendo muitas vezes a única forma de localização em territórios periféricos.

Endereço oficial – Endereço que já foi incorporado por bancos de dados oficiais (como cadastros municipais ou o CNEFE), mesmo que ainda não tenha sido formalizado por legislação específica. Representa um estágio intermediário entre o real e o formal.

Inventário de logradouros – Lista organizada dos logradouros identificados em um território, contendo informações como nome, tipo de via, extensão, localização e observações relevantes. É uma ferramenta fundamental para consolidar os dados levantados em campo e preparar documentos de oficialização e solicitação de CEP.

Logradouro – Qualquer via pública de circulação que pode compor um endereço, como ruas, avenidas, vielas, escadarias ou becos. É o principal elemento organizador do espaço urbano e base para atribuição de numeração e CEP.

Malha de logradouros – Representação gráfica do conjunto de logradouros de um território, usada como base para a conferência em campo e construção dos mapas de endereçamento. Ajuda a visualizar a conexão entre logradouros e localizar omissões, duplicações ou inconsistências.

Mapa base – Representação cartográfica inicial do território, usada

para orientar o trabalho de campo. Pode ser construído a partir de imagens de satélite, ortofotos ou bases existentes. Serve como suporte para registrar alterações e validar informações locais.

Mapeamento Popular – Conjunto de práticas coletivas realizadas por moradores, técnicos e organizações sociais para construir mapas a partir da perspectiva local. No contexto do Guia, é uma ferramenta essencial do Mapa das Periferias para dar visibilidade aos territórios periféricos.

Numeração predial – Número atribuído a cada edificação ou unidade dentro de um logradouro. Pode seguir lógica sequencial ou alternada (pares de um lado, ímpares do outro), sendo essencial para a identificação precisa dos imóveis. É um dos componentes do endereço completo, segundo o CNEFE.

Planta falada – Ferramenta de mobilização e escuta territorial que utiliza o mapa do território para anotar, coletivamente com os moradores, nomes, usos e histórias associados aos logradouros. Combina cartografia e oralidade para fortalecer a legitimidade das informações levantadas.

Poligonal – Perímetro geográfico que delimita a área de atuação de uma política ou intervenção. No contexto do endereçamento, a poligonal é a representação em planta ou

mapa da área onde será realizada a ação, sendo fundamental para definir o escopo do levantamento e do mapeamento.

Residências em Assessoria Técnica

Multidisciplinar - Experiências de cursos de pós graduação (especialização) universitária que atuam em territórios populares com equipes formadas por estudantes e professores de diversas áreas, desenvolvendo ações de urbanização, regularização, endereçamento e apoio técnico a comunidades. São também espaços de formação e de construção coletiva do conhecimento..

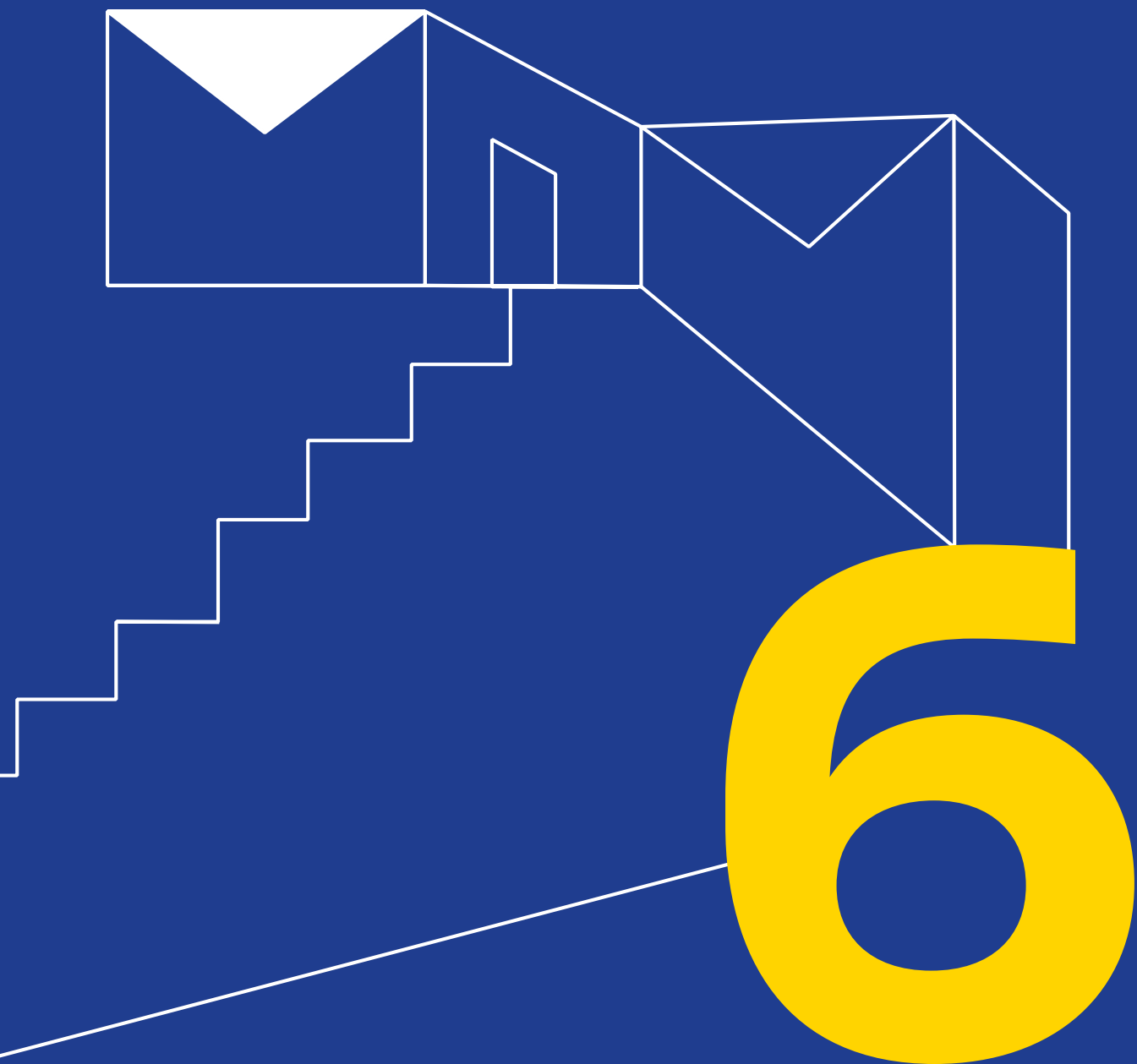
Setores de mapeamento - Divisões internas criadas para organizar o levantamento em campo, especialmente em territórios muito extensos ou com alta densidade. Facilitam a organização das equipes e o controle de cobertura territorial durante a coleta de dados.

Sistema de Informação Geográfica (SIG)

- Plataforma computacional que integra dados espaciais e alfanuméricos, permitindo visualizar, analisar e manipular informações georreferenciadas. No endereçamento, o SIG é utilizado para construir, editar e atualizar mapas, além de gerar produtos técnicos, como a base de dados de logradouros.

Tabela de Atributos - É um banco de dados vinculado a mapas digitais que contém, para cada elemento espacial (como um logradouro), informações como nome, tipo de via, código, extensão, status de oficialização e número de domicílios. É essencial para análises, cruzamento de dados e integração a sistemas públicos.

Territórios Periféricos - Porção do território urbano contínuo, cujo perímetro é delimitado por elementos urbanos, físicos e/ou cultural bem definidos (bacia hidrografia, sistema viário estrutural, obstáculos urbanos, identidade cultural, divisões administrativas, etc.) ocupado majoritariamente por população em situação de vulnerabilidade social, que apresenta um ou mais setores caracterizados como assentamentos precários (insuficiência de infraestrutura, equipamentos públicos, áreas livres e verdes, deficiência de redes de telefonia e conectividade, ou ausência de regularização fundiária. (Ministério das Cidades, 2023, p. 4).



Anexos

ANEXO 1 - Minuta padrão de Projeto de Lei nº ____/____

Dispõe sobre a denominação de logradouro público municipal, e dá outras providências.

Art. 1º Fica denominada de Rua XXXXXXXXX, o logradouro público situado no Bairro XXXXX, que inicia na Av. XXXXXXXX, distante XX,00 metros ao leste da esquina com a Av. XXXXX e estende-se por xxx,00 metros no sentido sul-norte, município de XXXXX.

Art. 2º Fica o logradouro endereçado, integrante do programa CEP para TODOS, parceria entre os Correios e a Secretaria Nacional de Periferias, que integra o Programa Periferia Viva, e que tem como principal objetivo garantir o endereçamento formal de periferias, Favelas e Comunidades Urbanas, facilitando o acesso à cidadania e a serviços essenciais.

Art. 3º Fica o Poder Público Municipal responsável em providenciar e, em consequência, afixar ao longo da aludida via urbana, placas indicativas com a denominação, podendo ser patrocinadas pela iniciativa privada.

Art. 4º O Poder Executivo por intermédio do setor habilitado, procederá o cadastramento da referida Rua junto às concessionárias de energia, água, e Correios.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo de XX dias a contar de sua publicação.

Art. 6º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO 2 - Minuta padrão de Solicitação de Novo Código de Endereçamento Postal (CEP)

OFÍCIO nº ____/(ano)

À empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Correios
(endereço da superintendência regional)

Assunto: Solicitação Formal para Criação de Código de Endereçamento Postal (CEP)

Prezada Superintendência,

Considerando o programa CEP para TODOS, parceria entre os Correios e a Secretaria Nacional de Periferias, que integra o Programa Periferia Viva, e que tem como principal objetivo garantir o endereçamento formal de periferias, Favelas e Comunidades Urbanas, facilitando o acesso à cidadania e a serviços essenciais.

A (**Nome da Entidade Solicitante: Prefeitura, Câmara Municipal ou Associação de Bairro**), por meio de seu representante legal, vem por meio deste ofício, formalizar a solicitação para atribuição de Código de Endereçamento Postal (CEP) para o(s) logradouros abaixo identificados(s), localizado(s) na (Localidade/ Cidade/Estado)

Tipo de Logradouro	Nome do logradouro	Bairro/Comunidade Urbana	Município / UF

Inserir ponto de referência: [pode ser um logradouro já codificado com CEP ou outro marco relevante próximo]

Inserir Link ou e-mail para disponibilização de mapas digitais e documentos digitais referentes ao cadastro

Para facilitar a identificação e localização da via, anexamos também croqui/mapa digital (de preferência em formato shapefile) demonstrando a posição exata do logradouro em relação à malha urbana e aos logradouros já existentes.

Possuir um CEP é uma demanda histórica das periferias do país. O endereço, mais do que uma referência geográfica, é uma chave para a inclusão social e o exercício pleno da cidadania.

Nos colocamos à disposição para fornecer quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,
[Local e Data]
[Nome Completo do Responsável Legal]
[Cargo do Responsável Legal]
[Nome da Entidade Solicitante]
[Telefone de Contato]
[E-mail de Contato]

ANEXO 3 - Minuta padrão de Certidão de Endereço

Eu, **[NOME COMPLETO DO DECLARANTE]**, portador(a) do CPF nº **[XXX.XXX.XXX-XX]** e do RG nº **[XXXXXXXXXX]**, residente e domiciliado(a) à **[RUA/AVENIDA, NÚMERO, COMPLEMENTO (SE HOVER), BAIRRO, MUNICÍPIO, ESTADO, CEP]**, declaro, sob as penas da lei, que resido no endereço acima citado.

Declaro, ainda, que esta certidão de endereço tem como finalidade o **cadastro em programas sociais do Governo Brasileiro**, tais como o **CadÚnico, Bolsa Família (ou outros programas pertinentes)**, conforme exigido pelo órgão responsável.

Esta certidão integra o programa CEP para TODOS, parceria entre os Correios e a Secretaria Nacional de Periferias, e que tem como principal objetivo garantir o endereçamento formal de periferias, Favelas e Comunidades Urbanas, facilitando o acesso à cidadania e a serviços essenciais.

[CIDADE - UF], [DATA - DIA/MÊS/ANO]

ANEXO 4 - Modelo de placa de identificação do programa CEP para TODOS



ANEXO 5 – Roteiro Prático do Processo de Endereçamento

FASE 1 – PLANEJAMENTO E MAPEAMENTO

1.1 Articulação territorial e de parcerias

Mapear lideranças comunitárias, coletivos e parceiros institucionais

Realizar reuniões de alinhamento com a comunidade

Definir estratégias de comunicação com os moradores (grupos de WhatsApp, panfletos, carros de som, etc.)

1.2 Levantamento de dados

Delimitar os limites da comunidade (poligonal)

Levantar bases de logradouros (IBGE, OSM, prefeituras)

Consultar plantas de loteamento e planos diretores (ZEIS)

Identificar base de numeração predial existente (CNEFE, concessionárias)

Produzir o Produto 1: Mapa Base para Conferência em Campo

1.3 Verificação de informações em campo

Conferir traçado e nomes de logradouros com base nos dados e observação local

Identificar endereços reais usados pela população

Registrar divergências (inconsistências)

Verificar lógica e padrão da numeração predial, quando aplicável

Produzir o Produto 2: Relatório de Campo

FASE 2 – VALIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

2.1 Sobreposição de dados e identificação de inconsistências

Comparar informações das fontes com dados de campo

Sistematizar inconsistências (nomenclatura, traçado, tipologia, numeração)

Produzir o Produto 3: Matriz de Inconsistências

2.2 Validação dos endereços

Realizar oficinas, assembleias ou reuniões para validação participativa

Validar nomes de logradouros e lógica de numeração com os moradores

Verificar duplicidades e nomes repetidos na cidade

Produzir o Produto 4: Base Cartográfica de Logradouros (mapa georreferenciado + tabela de atributos)

FASE 3 – OFICIALIZAÇÃO

3.1 Reconhecimento oficial

- Solicitar atribuição de CEPs aos Correios (via minuta-padrão)
- Formalizar logradouros por decreto ou lei municipal
- Integrar os endereços aos cadastros municipais e ao DNE dos Correios
- Emitir Comprovantes de Endereço para os moradores (modelo no anexo)

3.2 Sinalização e plaqueamento

- Definir modelo, material e fixação das placas de logradouros e numeração predial
- Realizar mutirão de instalação das placas com envolvimento comunitário

3.3 Comunicação dos resultados

- Organizar devolutiva à comunidade (reunião, entrega de mapas, panfletagem)
- Instalar placa de marco do “CEP para TODOS” no território

3.4 Atualização em plataformas de mapeamento

- Inserir dados validados em plataformas como OpenStreetMap, Google Maps
- Publicar o mapa no Mapa das Periferias
- Integrar com bancos de dados de concessionárias de serviços



Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério das Cidades. Periferia Viva – Urbanização de Favelas: manual de instruções para apresentação de propostas. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2023.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. Guia do plano de ação: Periferia Viva. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. Mapa das Periferias: conhecer para transformar: guia para mapeamento popular. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. Relatório de conceituação: periferias, potencialidades e vulnerabilidades. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Guia técnico de endereçamento de correspondências. Brasília, DF: Correios, 2021. Disponível em: <https://www.correios.com.br/enviar/correspondencia/arquivos/nacional/guia-tecnico-de-enderecamento-de-correspondencias.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ESPECIALIZAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO PARA ATUAÇÃO EM ACESSORIA TÉCNICA DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Endereçamento na Comunidade Frei Damião – Programa Periferia Viva. PowerPoint. Florianópolis, SC, 2024. 17 slides. Disponível em: [Arquivo SNP-MCid]. Acesso em: 16 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Padrão de registro de endereços para fins estatísticos: versão 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101639.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Quadro geográfico de referência para produção, análise e disseminação de estatísticas: Favelas e Comunidades Urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/qg_2022_670_fcu.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

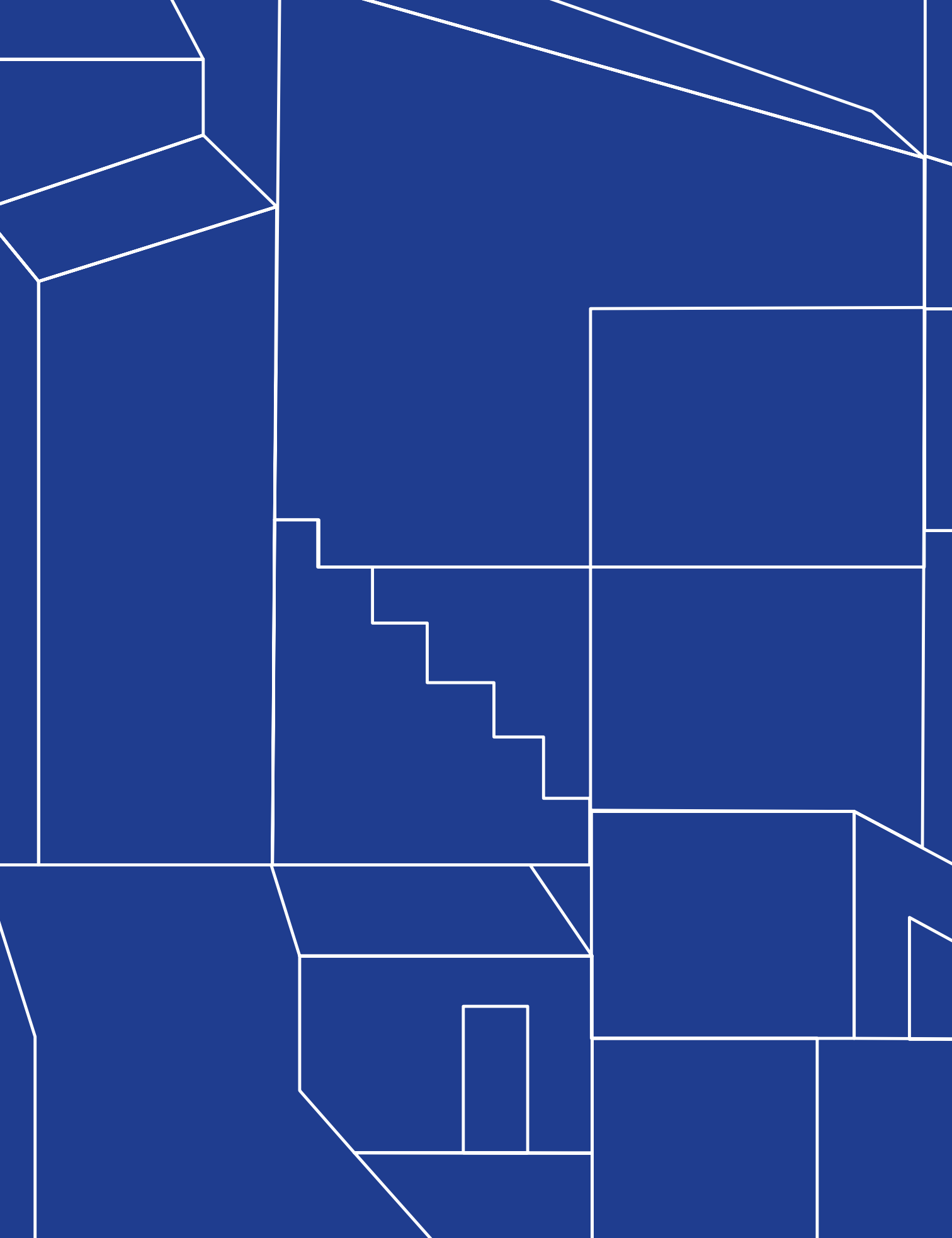
INSTITUTO PEREIRA PASSOS (Rio de Janeiro). Caderno de logradouros. Cadernos Rio+Social. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Instituto Pereira Passos; ONU-Habitat, 2017.

REDES DA MARÉ; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Guia de ruas da Maré 2014: mapa, ruas e CEP de toda a Maré. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Redes da Maré; Observatório de Favelas, 2014.

RESIDÊNCIA ACADÊMICA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA (RAU+E); UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Ações de Endereçamento no Programa Periferia Viva na Região Metropolitana de Salvador. PowerPoint. Salvador, BA, 1 fev. 2025. 23 slides. Disponível em: [Arquivo SNP-MCid]. Acesso em: 16 jun. 2025.

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE (HabCidade); UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Ações de Endereçamento em Salinas I e II – Programa Periferia Viva. PowerPoint. Aracaju, SE, 2025. 20 slides. Disponível em: [Arquivo SNP-MCid]. Acesso em: 16 jun. 2025.

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE – HABITAT, AGROECOLOGIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SAÚDE ECOSISTÊMICA; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Endereçamento e territorialidades: contribuições da Residência CTS no Programa Periferia Viva. PowerPoint. Brasília, DF, 20 mar. 2025. 19 slides. Disponível em: [Arquivo SNP-MCid]. Acesso em: 16 jun. 2025.





Periferia
Viva

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

 Correios

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

MINISTÉRIO DAS
CIDADES

 IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO